



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CCFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS-DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO

**VANESSA CUSTÓDIO DA ROCHA**

**A VALORIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO A PARTIR DO PARQUE  
NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES-PI**

RECIFE

2017

**VANESSA CUSTÓDIO DA ROCHA**

**A VALORIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO A PARTIR DO PARQUE  
NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial de obtenção do título de mestra na área de concentração: Regionalização e Análise regional.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

RECIFE

2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R672v Rocha, Vanessa Custódio da.  
A valorização do semiárido a partir do Parque Nacional Serra das Confusões-  
PI / Vanessa Custódio da Rocha. - 2017.  
101 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2017.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Geografia. 2. Semiárido. 3. Parques Nacionais. 4. Parque Nacional Serra da  
Confusões (PI). I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-104)

VANESSA CUSTÓDIO DA ROCHA

**A VALORIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO A PARTIR DO PARQUE NACIONAL SERRA  
DAS CONFUSÕES-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Aprovada em: 14/09/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Orientador – Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico aos meus pais e meus irmãos

Mãezinha Maria

Paizinho Gabriel (*in memoriam*)

Vó Ernestina (*in memoriam*)

À minha família

## **AGRADECIMENTOS**

A gratidão é uma das virtudes mais belas do ser humano, pois através dela tentamos demonstrar o sentimento que existe dentro de nós como forma de agradecimento à aqueles que contribuíram para algo em nossa vida. Até mesmo fato de existir.

Agradeço primeiramente a Deus pela força que me oferece a cada dia, por me proporcionar sabedoria e por me levantar nas horas de desânimo, sem a Tua força e amor incondicional seria impossível. Obrigada Senhor por me ajudar a chegar até aqui, sei que daqui em diante o caminho será longo, mas contigo ao meu lado sempre haverá motivos para continuar.

Aos meus pais, Valdemar da Rocha e Vanda Custódio da Rocha, pela compreensão, incentivo, apoio, estímulo, carinho e amor ao longo de toda essa jornada, me ajudando na realização dessa conquista, essa vitória também é de vocês! Amo vocês.

Aos meus irmãos Maria Aparecida, Delvânia e Josimar, que assim como meus pais sempre me apoiaram e me incentivaram a nunca desistir, me dando carinho em todas as horas. Amo vocês.

Aos meus avós Gabriel e Ernestina (in memoriam), que partiram antes que eu terminasse minha pesquisa, duas perdas muito triste para toda a família, mas enquanto estiveram no plano terreno, sempre me incentivaram. Assim como minha avó materna Maria que nos agracia com sua presença, saúde e amor.

Aos meus cunhados Glecione, Geovanni, que fazem parte da minha família, obrigada pela amizade. Aos meus sobrinhos Lara e Arthur que me dão alegria. Agradeço também os meus familiares( tios, tias, primos, avós), pelo carinho incentivo.

Ao meu orientador Dr. Caio Maciel, a quem tenho apreço, carinho e grande admiração. Obrigada por acreditar e sempre incentivar. Muitos aprendizados durante todo o tempo. Sou muito grata pelos ensinamentos e amizade. Você faz parte da minha trajetória acadêmica e de vida.

Não poderia deixar de agradecer aos meus companheiros de laboratório LECgeo que contribuíram de forma bastante significativa para meu desenvolvimento pessoal e como pesquisadora, em especial a Pietro, Herivelto, David, Rogério, Priscila, Bruno, Tiane, Felipe, Pedro, Ruth, Wilisson, Marcílio, Ana Julia, Ana Bethania, Marcos Allan. Obrigada pela amizade e trocas de conhecimento. Minha família LECgeo

Aos meus amigos pelo apoio, estímulo e compreensão mesmo nos momentos distantes meu carinho sempre permaneceu. Aos meus amigos e companheiros de seleção David, Geislan, Ícaro e Judson, obrigada por todo apoio e incentivo. Aos amigos que fiz em Recife, com certeza me ajudaram muito com sua amizade e apoio.

Agradeço os meus professores, amigos, colegas aqui representados pela Dra. Waldirene Lopes, Me. Judson Jorge e Ma. Elisabeth Abreu. Obrigada por sempre me incentivarem a seguir com minha formação e todos os meus professores do PPGEQ, que nos mediam em busca do conhecimento, grata pelo incentivo e colaboração, muito obrigada!

Agradeço aqui os moradores das comunidades onde fizemos os trabalhos de campo, grata pela recepção e contribuição durante a pesquisa. As minhas amigas e colegas de apartamento, Ana Carolina, Vanessa, Sirleide e Dayane. Obrigada pela amizade e tempo de convivência.

À minha amiga Nerleide que como sempre esteve do meu lado, Cirlene e Mari, o que dizer de vocês, minha irmãs de alma, agradeço imensamente sua amizade.

Aos meus amigos pelo incentivo e apoio, obrigada por sempre se fazer presente quando preciso, grande parceria e amizade que sempre estiveram ao meu lado me fazendo sorrir, e me animando nas horas difíceis, seus conselhos e amizade me fortaleceram mais. Harisson, Matheus, Lucas, Carol e Wanessa e Elidiane,. Obrigada, agradeço a família Menezes que me acolheu como filha. Ana Paula uma linda amiga de um coração imenso, obrigada pela sua amizade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa. À Universidade Federal de Pernambuco e a todos

do Programa de Pós-graduação em Geografia. Grata pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional.

A todos que me acompanharam durante todo esse período. Muito obrigada.

“Uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Essa comunidade inclui o solo, a água, a fauna e flora, como também as pessoas. É incorreto quando tende para uma outra coisa.” (LEOPOLD, 1949)

## RESUMO

A pesquisa objetivou analisar de que maneira o semiárido é visto e valorizado pelos habitantes do município de Guaribas através do Parque Nacional Serra das Confusões-PI. Partiu-se da consideração de que as criações de parques nacionais muitas vezes não levam em consideração o fator humano, negligenciando os costumes das pessoas que habitavam a área e seu entorno. O semiárido piauiense é uma região extremamente rica em recursos naturais e dinâmica social, porém muito estigmatizada, por conta de suas características físicas onde predomina o ambiente seco. Conhecido também como sertão, essa região possui o bioma caatinga, uma das principais características da paisagem semiárida, consistindo num dos biomas mais alterados pela ação antrópica e que atualmente ganha destaque, no que se refere a questões ecológicas e de valorização econômica, ganhando ênfase em pesquisas. A metodologia aplicada segue primeiramente com o reconhecimento da área de estudo, pesquisa bibliográfica, levantamento fotográfico e cartográfico seguido de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, com os moradores das comunidades do entorno e representantes do órgão gestor. Assim a pesquisa nos mostrou que há um certo distanciamento dos moradores das comunidades com assuntos referentes ao parque e os mesmos não acham necessária sua criação, nos revelando também a falta de engajamento para uma boa educação ambiental local.

**Palavras-chave:** Semiárido; Serra das Confusões; Parque Nacional; Piauí.

## **ABSTRACT**

The present research aims to analyze how the semi-arid is seen and valued through the Serra das Confusões-PI National Park. Taking into account how national park creations often do not take into consideration the human factor, neglecting the customs of the people who inhabited the area and those who inhabit their surroundings. The semi-arid Piauí, which includes the caatinga biome and a region extremely rich in natural and dynamic resources, but very stigmatized, due to its physical characteristics where drought predominates. Also known as sertão, this region has caatinga biology, becoming one of the main characteristics of the semi-arid landscape, where we can conceptualize as one of the biomes most altered by anthropic action and that currently stands out, to what is known in ecological and valuation issues, Gaining emphasis on research. An applied methodology follows firstly the recognition of the area of study, bibliographical research, photographic and cartographic survey followed by semistructured interviews with open questions, with the residents of the surrounding communities and representatives of the managing body. Thus, research has shown that there is one of the disturbances of communities with retrospective to the park and they are not necessary for its creation, revealing also a lack of engagement for a good local environmental education.

**Keywords:** Semi-arid; Confusões Mountain; National Park; Piauí State.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1-Portaria do Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....	41
Foto 2- PNSC período chuvoso.....	42
Foto 3- Vegetação do PNSC período chuvoso Rocha.....	42
Foto 4- Vegetação do PNSC período seco.....	43
Foto 5- PNSC período seco.....	43
Foto 6- Vista Panorâmica do Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....	45
Foto 7- Formações rochosas no Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....	46
Foto 8- Vista cênica do PNSC.....	48
Foto 9- Povoado Cajueiro.....	57
Foto 10- Povoado Cajueiro.....	58
Foto 11- Estrada dentro das imediações do PNSC.....	61
Foto 12- Estrada que dá acesso às comunidades do entorno.....	63
Foto 13- Local denominado Santa, dentro do PNSC.....	64
Foto 14- paisagem na comunidade Cajueiro.....	66
Foto 15- Olho d'água, PNSC .....	68
Foto 16-Mandacará vegetação típica da caatinga no Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....	83
Foto 17-Espécies animais no PNSC .....	83
Foto 18- Local do Parque conhecido por Santa e Olho d'água.....	83
Foto 19-Cobertura vegetal do Parque.....	83
Foto 20-Vista cênica do PNSC.....	84
Foto 21 Vista cênica do PNSC.....	84
Foto 22- Centro de visitantes no PNSC.....	85
Foto 23- Centro de visitantes no PNSC.....	85

Foto 24- Auditório no centro de visitantes no PNSC.....	86
Foto 25- Centro de visitantes no PNSC.....	86
Foto 26- Casa dentro do Parque que ainda não foi indenizada.....	87
Foto 27- Criação de animais dentro do Parque que ainda não foi indenizada.....	87
Foto 28- Plantações, queimada e desmatamento, dentro do PNSC, feito por famílias ainda não indenizadas.....	88
Foto 29- Casa de farinha, pertence à uma família não indenizadas.....	88

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa da nova delimitação do semiárido brasileiro .....25

Mapa 2- Mapa de localização do Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....40

Mapa 3- Mapa de localização das comunidades que compõem o povoado Cajueiro 60

## LISTA DE ABREVIATURAS

PNSC	Parque Nacional Serra das Confusões
UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
ACOPANASC	Associação dos condutores do Parque Nacional Serra das Confusões
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>PAISAGEM E SEMIÁRIDO- CONCEITOS, ABORDAGENS E DISCUSSÕES</b> <b>.....</b>	<b>20</b>
2.1	Marco inicial da pesquisa: pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos.....	20
2.2	Paisagem semiárida: singularidade e excepcionalidade do bioma caatinga.....	22
2.3	Organização do espaço: o papel da percepção para ações no espaço geográfico.....	26
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS ACERDA DOS PARQUES NACIONAIS.....</b>	<b>34</b>
3.1	As Unidades de Conservação: Breve histórico.....	34
3.2	Criação e implementação do parque nacional serra das Confusões-PI.....	39
<b>4</b>	<b>MODOS DE VER E MODOS DE VIDA: OS OLHARES SOBRE O PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES.....</b>	<b>50</b>
4.1	Olhando o Parque Nacional Serra das Confusões de dentro para fora: o modo como os moradores do povoado cajueiro percebe o Parque Nacional Serra das Confusões-PI.....	50
4.2	Olhando o Parque Nacional Serra das Confusões de fora para dentro:discursos da gestão e órgãos gestores.....	55
4.3	Relato dos moradores.....	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
	<b>APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DO PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES-PI.....</b>	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE B-FOTOGRAFIAS DO PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES.....</b>	<b>82</b>

<b>APÊNDICE C- QUADRO- LISTA DE ESPÉCIES DE PLANTAS.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO A- LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO B- DECRETO DE 2 DE OUTUBRO DE 1998.....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O semiárido piauiense é uma região rica em recursos naturais e dinâmica social, porém muito estigmatizada, por conta de suas características físicas, onde predomina o ambiente seco e submetido a estiagens periódicas.

Conhecido também como sertão, essa região possui formação ecológica própria e exclusivamente brasileira, a caatinga, tornando-se uma das principais características da paisagem semiárida, que podemos conceituar como um dos biomas mais alterados pela ação antrópica e que atualmente ganha destaque, ao que se refere a questões ambientais e de valorização econômica, ganhando ênfase em pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Neste contexto podemos destacar o Parque Nacional Serra das Confusões (PNSC), que abriga feições próprias do bioma caatinga, como cenário de grande relevância para se proteger, tanto por questões ecológicas como culturais. Um dos municípios que se relacionam intrinsecamente com o parque está Guaribas, mais conhecido nacionalmente não por questões de meio ambiente e sim por ter sido um dos primeiros a receber apoio de programas governamentais de combate à miséria e à fome na primeira década do século XXI.

Dessa forma, no discurso de conservação e manejo do bioma há uma grande problemática no processo de criação de áreas protegidas, principalmente quando se trata de uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Integral, onde é vetada a presença humana dentro da unidade e até mesmo a visitação segue critérios estabelecidos de acordo com a capacidade de carga inseridos no plano de manejo.<sup>1</sup> À vista disso, a criação de Parques Nacionais no Brasil ainda segue critérios internacionais, desconsiderando, muitas vezes, os sujeitos que já habitavam determinada área, bem como sua situação socioeconômica dependente dos recursos naturais.

Diante disso, conhecer o olhar das pessoas sobre determinado ambiente nos faz avaliar seu comportamento, sentimentos, ações, valores, seu olhar constituindo assim uma ferramenta útil para melhor planejamento a gestão, bem como a participação desses moradores em assuntos concernentes ao PNSC, mostrando

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Plano de manejo é um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão.

assim a relevância acadêmica e social do estudo, pois servirá de base para estudos posteriores sobre a UC, já que o parque ainda não possui muitas pesquisas científicas<sup>2</sup> de interesse cultural e social.

Os anseios, motivações e expectativas por esse estudo partiram de uma pesquisa estudo de caso em trabalho de conclusão de curso-TCC (durante a graduação em 2012- 2013), intitulada “A Percepção Ambiental da comunidade Capim em relação ao Parque Nacional Serra das Confusões-PI”, que nos fez conhecer qual a relação dos mesmos com o ambiente em que vivem, tendo como categoria principal, o lugar. Assim, durante o estudo de campo, pôde-se constatar que há ausência do poder público no que diz respeito a ações educativas e ao cumprimento das políticas públicas que viabilizem um conhecimento sobre as experiências, representações, bem como do valor significativo e excepcional que o bioma e o PNSC possuem.

Nessa ótica, e com um contato maior com assuntos referentes ao PNSC, tivemos a oportunidade de nos deparar com diversas problemáticas ali existentes e nas cidades que fazem parte da sua zona de amortecimento (ZA), e esperamos dar continuidade em trabalhos posteriores em todas os municípios que fazem parte da ZA. Assim, a pesquisa nos incita a explorar mais a respeito do ambiente semiárido, sua paisagem e sobre o olhar dos atores que fazem parte da dinâmica da UC. Então, ao delimitar o tema dessa dissertação, levou-se em consideração a relevância que as representações sociais, a percepção e a cognição e sentimentos dos atores com seu lugar de vivencia, tal como a paisagem como uma emergência desse modo de ver e valorizar.

À vista disso, foi possível perceber que há um certo distanciamento dos agentes do poder público, ligados à gestão do PNSC, e comunidade local, no que diz respeito a assuntos relacionados ao patrimônio natural e sobre o valor intrínseco, que o PNSC possui para toda a humanidade. Dessa forma, partindo dessa premissa, buscaremos resolver a seguintes questões: Quais os olhares dos moradores de Guaribas acerca da paisagem do PNSC? Como os moradores locais valorizam a paisagem do PNSC? Que problemáticas existem, na visão dos moradores da ZA em relação à criação do PNSC?

---

<sup>2</sup>O plano de manejo da UC, afirma que ao ser feito o plano de manejo, não foi feita nenhuma pesquisa sobre o olhar, percepção e cognição dos moradores do entorno do Parque.

Ancorados nesses questionamentos, bem como nos resultados da pesquisa feita anteriormente sobre percepção ambiental, podemos levantar a seguinte hipótese: Em Guaribas há diferentes olhares e modos de valorizar a paisagem do PNSC. E que a criação do PNSC afetou e afeta a maneira de ver a paisagem semiárida do Piauí pelos habitantes locais.

Diante disso, estudar a cultura e o comportamento torna-se imprescindível, pois entender a percepção e a valorização do indivíduo sobre determinado lugar e paisagem, implica entender seu comportamento sobre o mesmo. Isto posto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o olhar dos moradores de Guaribas acerca da paisagem semiárida piauiense através do Parque Nacional Serra das Confusões (PNSC) e para atingi-lo, elencamos três objetivos específicos: I- conhecer e analisar o olhar dos agentes do poder público sobre o PNSC; II- Conhecer e analisar o olhar dos moradores locais, sobre o PNSC; III- Identificar e compreender as afinidades e divergências dos olhares dos agentes públicos e dos moradores locais sobre o PNSC.

Como percurso metodológico adotamos revisão de literatura, leitura bibliográfica, documental, pesquisa de campo. A pesquisa, quanto à sua natureza, se classifica como básica e a abordagem é qualitativa. Já quanto aos objetivos, se classifica em exploratória, descritiva. Serão feitas análises de discurso e entrevistas com agentes do poder público que participam da gestão e conservação do PNSC e com moradores de Guaribas (professores e agricultores). Vale ressaltar que ao fazermos essa análise, devemos recorrer ao empírico, porém não deixando de lado aspectos teóricos de estudiosos que trabalham com essa linha de pensamento e a documentos sobre a criação de áreas protegidas.

Os capítulos estão divididos em: Primeiro uma breve metodologia, posteriormente, breves conceitos sobre a paisagem semiárida e sobre o bioma caatinga, apresentando também uma rápida discussão sobre a potencialidade turística aliada ao olhar dos moradores locais e organização do espaço. No capítulo seguinte buscamos apresentar sobre os fundamentos teóricos e conceituais sobre a criação das Unidades de Conservação como instrumento de proteção do meio ambiente, apresentado um breve histórico sobre a implementação do Parque Nacional Serra das Confusões. Já para finalizar abordamos os resultados obtidos nas pesquisas de campo, entrevistas e relatos dos moradores e do gestor do Parque.

## 2 PAISAGEM E SEMIÁRIDO- CONCEITOS, ABORDAGENS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão abordados os procedimentos metodológicos da pesquisa, desde a escolha do local, as primeiras impressões e a análise de dados, bem como toda a fundamentação teórica para o desenvolvimento da pesquisa.

### 2.1 Marco inicial da pesquisa: pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, buscou sua inspiração teórico metodológica baseando-se na Geografia Cultural e estudos sobre paisagem semiárida. Proporcionando o entendimento sistemático e científico da visão vertical e horizontal, ou seja, de “fora para dentro” e de “dentro para fora”. Buscou-se melhor compreender as correlações dos diferentes grupos sobre a valorização da paisagem semiárida através do Parque Nacional Serra das Confusões, um território potencialmente gerador de mudanças nas relações das pessoas com o perímetro de caatinga protegido.

A pesquisa será desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, com leituras e fichamentos em livros, artigos científicos que segundo Gil (2002, p.45) permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampliada que aquela que poderia investigar diretamente fundamentando assim a análise teórico-metodológicas abordadas no decorrer da pesquisa.

A pesquisa documental é de grande relevância, pois nos permite conhecer a história dos lugares para melhor entender sua dinâmica a partir de documentos como relatórios de diversas instituições, das quais podemos citar como a mais importante o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMbio).

Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Minayo (1994). “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. ”

Na etapa de pesquisa documental será feita uma análise de discurso de documentos secundários, do poder público, tais como plano de manejo da Unidade

de Conservação (UC), documentos de criação do Parque, sites do ICMBio e Ministério do Meio Ambiente. A análise de discurso mencionada acima, é um método de pesquisa qualitativa que se baseia na análise e interpretação de discursos para melhor entender os fatos, no caso o discurso que o poder público tem nos documentos do parque.

Esta pesquisa trará uma abordagem descritiva que segundo Gil (2002):—tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, o esclarecimento da relação entre variáveis, juntamente com as exploratórias são as mais solicitadas por instituições educacionais, pois os pesquisadores sociais estão preocupados com a atuação prática.

O levantamento fotográfico tem com a finalidade de mostrar quais os recursos que o Parque Nacional dispõe, sejam eles naturais ou artificiais, bem como apresentar através de mapas a localização da área a ser estudada, e apresentar a infraestrutura do PNSC. Realizou-se também um levantamento de dados, caracterizado pela interação direta com as pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Os dados foram obtidos por meio de estudo campo que segundo Gil (2002, p:50): “ é desenvolvido por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.”

A entrevista, segundo Lakatos (2003), é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre o que está sendo pesquisado. Dessa forma, foi feita entrevista com representante da gestão do PNSC, para tentar compreender o olhar do mesmo sobre PNSC. Diante disso utilizamos o que Bardin (2004) define como análise de conteúdo que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, usado para avaliar as percepções dos sujeitos entrevistados, utilizando processos de análise das questões abertas, assim como entrevista com os moradores. Moreira (2005) apresenta esta mesma técnica como uma interpretação de relatos dos sujeitos da pesquisa, os quais emitem opinião carregada de sentidos, de significados e valores.

Existem diversos tipos de entrevistas que variam de acordo com o propósito de cada pesquisa, onde a presente pesquisa se baseia em entrevista com questionários semiestruturados e serão aplicados a moradores residentes próximos à

Unidade de Conservação, antigos moradores que residiam dentro da Unidade de Conservação, agricultores que cultivam nas proximidades do Parque e gestores ( do Parque e da cidade). Após a pesquisa de campo, realizou-se análise e tabulação dos dados e serão organizados no corpo do texto para melhor entendimento.

## 2.2 Paisagem semiárida: singularidade e excepcionalidade do bioma caatinga

O conceito de paisagem é bastante polissêmico e abrangente, e tem sofrido mudanças ao longo do tempo, porém mantém sua essência não só na Geografia, como também em outras ciências. E quando se trata de paisagem semiárida, logo nos remete ao imaginário geográfico de uma região onde predomina a miséria e escassez de recursos. No entanto vale ressaltar que esse discurso e o imaginário geográfico nos últimos tempos vem sofrendo mudanças significativas, como aponta pesquisas recentes (MACIEL & PONTES, 2016).

No tocante desse discurso vale salientar que nesta região, existe um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, o bioma caatinga e em confluência a isso, existe uma riqueza cultural e simbólica dos sujeitos, os chamados sertanejos que sobrevivem a todas essas intempéries, tanto ambiental como financeira. Como Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões* (1979) enfatizou que o homem sertanejo se sobressai como um forte, cuja força se faz frente à falta de tudo, de água, de comida, de meios para sobreviver. Ao que podemos notar, é que o homem sertanejo é forte, pois só os fortes sobrevivem ao sertão. Assim a paisagem semiárida é formada tanto de elementos naturais próprios do bioma como também de símbolos e identidades das pessoas que habitam o sertão semiárido.

O conceito de paisagem cultural durante muito tempo foi vista e analisada através de técnicas, dos instrumentos, dos aspectos materiais e como eram utilizados no meio. Nessa ótica a Geografia Cultural começou a ganhar destaque a partir de 1925 através dos estudos de Carl Sauer e seus discípulos da Escola de Berkeley. Sauer afirmava que a paisagem era resultado da ação do tempo sobre o meio ambiente, chamado de paisagem natural.

Atualmente as bases da discussão da nova Geografia Cultural ganhou contribuições importantes pelo trabalho de Augustin Berque. Para o autor paisagem não se reduz ao mundo visual dado em sua volta. Ela é sempre especificada pela subjetividade do observador (RIBEIRO,2007, p.30). No entanto, o autor ainda afirma que a paisagem é sempre é referida a objetos concretos que existem. Dessa forma a paisagem é interação do sujeito com objeto. (BERQUE,1994, *apud* RIBEIRO, 2007).

Ainda à luz de Berque (1994, *apud* Ribeiro, 2007) o autor afirma que a paisagem é o espelho da alma, e se refere a objetos que existem, que estão à nossa volta. Dessa forma a paisagem não emerge apenas o objeto e nem apenas o sujeito, mas da interação dos dois. Para ele a paisagem nos permite entender o mundo e o sentido do mundo no qual vivemos.

A paisagem é um produto cultural, ou seja, um resultado do meio ambiente sob a ação da atividade humana. Segundo Corrêa e Rosendahl (1998) paisagem cultural ou paisagem geográfica, resulta da ação, ao longo do tempo da cultura sobre a paisagem natural.

Sauer (1998) define paisagem como um conjunto de formas naturais e culturais, que devem ser analisadas morfológicamente, considerando-se as formas entre si. Já nos trabalhos de Berque (1998) a paisagem é uma marca, porque exprime uma civilização, mas também é uma matriz, porque participa do sistema de percepção, concepção e ação que analisam de certo sentido a relação de uma sociedade com o espaço em que vivem e com a natureza.

Segundo Maciel (2009) ao refletirmos sobre o conceito de paisagem, de um lado defende-se a necessidade de descrição das transformações naturais e culturais do espaço, do outro define-se a paisagem como representação subjetiva do olhar. Ribeiro (2007) ressalta que a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo.

Diante disso, podemos inferir que o estudo da paisagem implica saber como acontece essa relação do homem com a natureza e como ele percebe os espaços e lugares que vive, podendo dessa maneira entender como ele transforma a natureza colocando a seu favor. Hoje para analisar as alterações no ambiente físico não podemos desconsiderar a presença de sujeitos sociais que interferem nas

transformações e ao mesmo tempo fazem parte dessa paisagem. No caso do ambiente semiárido não é diferente, para entender a paisagem semiárida precisamos analisar de que forma o homem interfere e interage com a mesma, quais as formas de uso e de que maneira ele a percebe e valoriza.

A semiárido brasileiro, com ênfase no bioma caatinga, ocupa uma área de cerca de 844.453 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais<sup>3</sup> (Figura 01) Este bioma apesar de ser muito importante tem sido desmatado de forma acelerada, principalmente nos últimos anos, devido a diversos fatores, dentre eles incêndios naturais e induzidos e principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável e a conversão para pastagens e agricultura, chegando a 46% da área do bioma, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Apenas 1,4 % dessa área está sob proteção de unidades de conservação de proteção integral, dessa forma a exploração antrópica desse bioma contribui de forma significativa para a perda da biodiversidade brasileira, bem como acelera processo de desertificação.

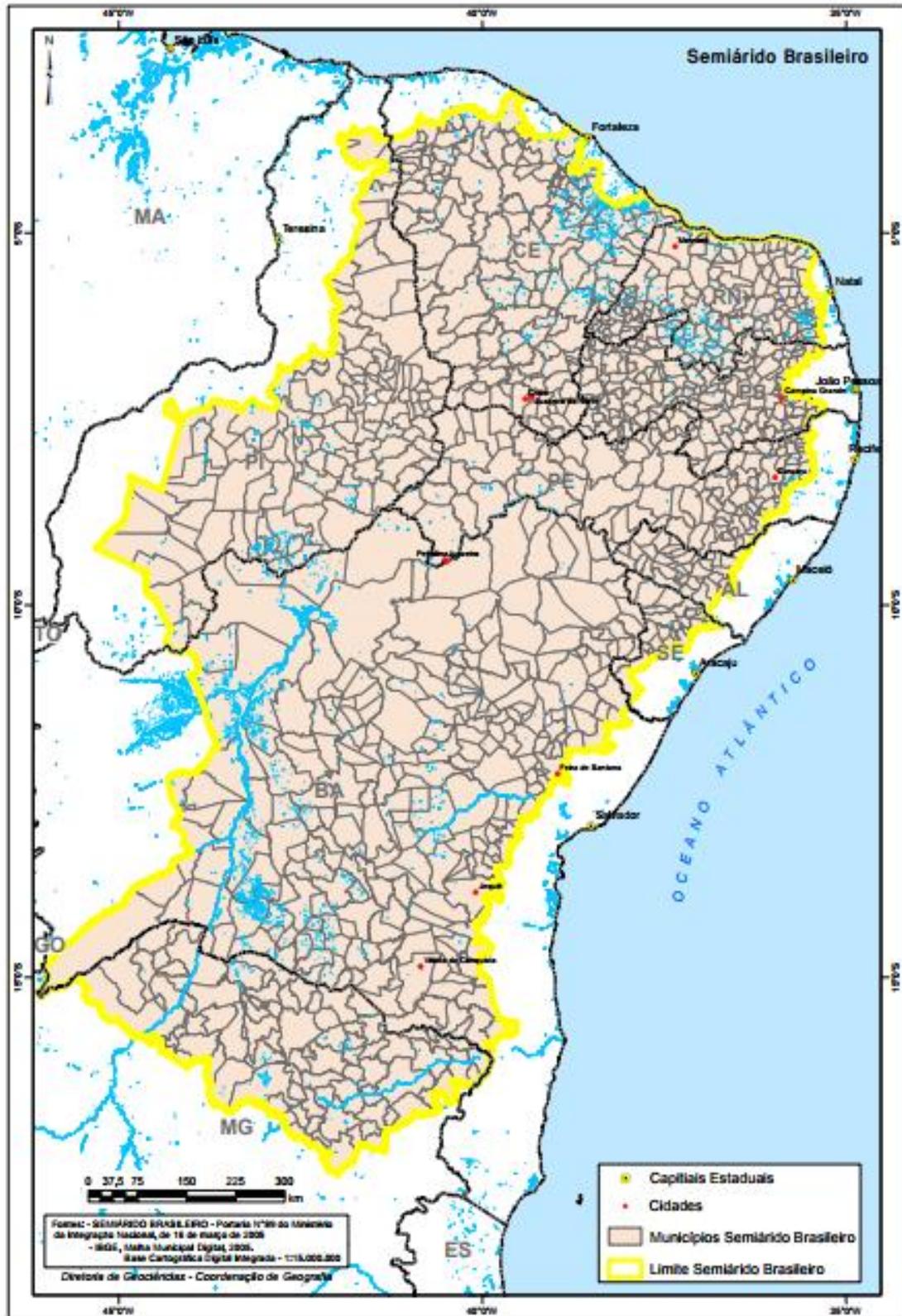
Durante o processo de colonização o semiárido, que inclui o bioma caatinga foi explorado de forma que hoje se encontra bastante degradado. Atualmente cerca de 27 milhões de pessoas vivem nessa região e na sua maioria são pessoas de baixa renda que dependem dos recursos deste bioma para sua sobrevivência. Entre as áreas semiáridas, a região brasileira é a mais populosa do mundo, com mais de 10 milhões de habitantes vivendo na área rural, segundo dados da ASA<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Ministério do Meio Ambiente

<sup>4</sup> Articulação no Semiárido Brasileiro

MAPA 1- Delimitação do semiárido brasileiro



O semiárido piauiense tem como traço principal as frequentes secas que tanto podem ser caracterizadas pela ausência, escassez e alta variabilidade espacial e temporal das chuvas.<sup>5</sup> São diversos os elementos que compõem a paisagem semiárida.

No ambiente semiárido inclui o bioma caatinga que é exclusivamente brasileiro e o principal bioma do Nordeste, sendo um bioma pouco conhecido e pouco estudado, porém estudos recentes apontam que mesmo sendo um dos biomas mais ameaçados, possui grande biodiversidade e patrimônio natural, abrigando cerca de 932 espécies de plantas, 178 de mamíferos e 590 de aves, a maioria dessas espécies ocorrem somente na caatinga.

A palavra “semiárido” é empregado para nomear climas com forte insolação com de média de 2.800 h/ano, precipitações médias anuais iguais ou inferiores 800 mm; com temperaturas médias anuais 23º a 27º C. Regime de chuvas irregulares no domínio da Caatinga; solos na sua maioria de pequena profundidade média, onde se certa forma acarreta na pequena capacidade de armazenamento de água nos subsolos, onde o clima presente nesta região é marcado pelas irregularidades de chuvas, pela caracterização das altas temperaturas, possuindo assim, uma vegetação de caatinga, adaptando ao quadro físico da região. Apesar disso, áreas de elevado valor paisagístico e natural têm inserido a região no circuito turístico e científico, como será debatido a seguir.

### 2.3 Organização do espaço: o papel da percepção para ações no espaço geográfico

O turismo é uma das atividades que mais tem crescido nos últimos anos e também a que mais tem agredido o meio ambiente, principalmente em Unidades de Conservação, onde o fluxo de turistas é maior em decorrência da busca pela natureza, que tem feito com que grandes números de pessoas procurem áreas naturais como refúgio e fuga da correria e do estresse das grandes cidades.

---

<sup>5</sup> SUDENE

Neste contexto, em uma Unidade de Conservação (UC's) a atividade turística requer planejamento para o devido controle, onde a prática do ecoturismo torna-se importante, pois garante a conservação dos recursos promovendo a sustentabilidade.

Essa prática tem que estar de acordo com o plano de manejo da UC que é um documento técnico, com fundamentos e objetivos que devem ser adotados em uma unidade de conservação de proteção integral, que de acordo com SNUC devem ser preservadas sua biodiversidade e beleza, nele também apresenta as normas a serem seguidas bem como o zoneamento do parque. Sem plano de manejo seria muito difícil a gestão e planejamento para um turismo em UC's este assumiria o papel de atividade predatória. O plano de manejo mostra possíveis formas de uso dos recursos naturais, de modo que possibilite uma atividade turística sustentável.

Nesse sentido, pode-se notar através da pesquisa que a atividade turística no PNSC, é de grande relevância e o mesmo possui grande potencial para o desenvolvimento local. Desse modo, faz-se necessário, um planejamento onde crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social, andem juntos para assim garantir que o turismo deixe de ser uma atividade predatória, passando a ser um meio ao qual a comunidade promova atividades o desenvolvimento local, melhorando a infraestrutura urbana e rural para melhor atender ao turista, ao mesmo tempo em que preserva a natureza, e promove lazer.

Dessa maneira, faz-se necessário um modelo de desenvolvimento que atende também as necessidades, e o bem-estar do turista e da população local, como também garanta a preservação dos recursos naturais, para as gerações futuras, ou seja, um modelo de turismo sustentável.

Esse modelo de desenvolvimento deve acontecer necessariamente para evitar a degradação dos ambientes. À luz de Sánchez (2008) a degradação ambiental pode ser definida como as alterações adversas no processo da qualidade nas funções do lugar, ou seja, o impacto ambiental negativo. Segundo Dias (2009) esse modelo tem que deixar de ser predatório a um sustentável que mantenha a harmonia com a natureza, tendo múltiplas implicações, e precisa haver uma mudança na maneira de ver e nos relacionarmos com a natureza

O autor sugere que um modelo de desenvolvimento que seja condizente com os objetivos propostos pelas leis ambientais, é a mudança da nossa visão ao nos

relacionar com o meio ambiente. No entanto, sabemos que não existem harmonia na relação entre o homem e a natureza e nem mesmo na modificação dos espaços urbanos e organização espacial. Contudo, se forem feitos planejamentos junto a comunidade local pode haver equilíbrio e garantia da conservação ambiental

Para Camargo: “o atual conceito de espaço geográfico está ligado às demandas dos fluxos e das redes, que associa o meio natural à própria ação da sociedade” (2008, p.45). Assim, o ambiente que o homem cria é resultado de sua ação sobre a natureza, durante esse processo de modificação e vivência no lugar, ele ganha sentimentos, experiências, a partir disso se repercutirá como ele se organiza no lugar.

Quando falamos em organização do espaço, estamos direcionando nosso olhar para o futuro, de modo a repensar nosso papel no presente, nossas ações se repercutirão no futuro da natureza, colocando em risco até mesmo nossa própria sobrevivência, assim entender como cada indivíduo percebe a natureza é também perceber o olhar que o indivíduo tem do futuro e do lugar em que vive.

O Parque Nacional Serra das Confusões, como visto, se enquadra em Unidade de Proteção Integral, que tem como objetivo a preservação dos ecossistemas e beleza cênica. Neste sentido, a pesquisa aborda a análise de discurso dos moradores locais e da gestão que é de grande relevância, pois conhecendo como cada um percebe o lugar onde vive, pode-se entender essa dinâmica do relacionamento do homem com o meio.

Com isso, podemos entender que por vezes o homem transforma a natureza colocando-a a seu favor, no entanto sofre com essas mudanças ao perceber que sua presença causa impacto até mesmo em si próprio. Diante disso, cria leis que regem o uso dos recursos, promove atividades e que venham a garantir a sustentabilidade, tentando tornar a relação menos devastadora. Diegues enfatiza a ideia de que sem a presença e colaboração não há em preservação nem conservação da natureza.

Todas as unidades devem ter a mesma importância, mesmo as que preveem a presença humana. Isso se deve ao fato de que preservação de ecossistemas só é possível em uma visão mais harmoniosa que as sociedades globais e locais devem ter das questões de conservação da natureza. (2008, p.121)

Assim trabalhar o turismo como atividade para o desenvolvimento no semiárido é uma das alternativas para a convivência que garanta a preservação e conservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Quanto ao desenvolvimento urbano, rural e econômico a atividade turística deve ser equilibrada, promovendo a participação das comunidades nas atividades que valorizam a cultura, a história, os hábitos envolvendo toda a comunidade dentre elas: a prefeitura, proprietários de restaurantes, pousadas dentre outros e melhorando a infraestrutura local das comunidades como melhoria no saneamento básico, ruas, energia elétrica, transporte, saúde, educação, e serviços em geral.

Neste sentido, além de propiciar melhor adequação para o desenvolvimento da comunidade o turismo sustentável deve ter participação ativa da comunidade local e tendo como por base o caso nas cidades e povoados da ZA do PNSC, a atividade turística deve ser bem planejada, já que o turismo nessa região ainda é bastante minucioso, garantindo assim maior possibilidade de colocar em prática todos os planejamentos e propostas apresentadas no Plano de Manejo da Unidade. Já que sabemos se não for feito um planejamento prévio, podem aumentar o risco de degradação ambiental e impactos sociais negativos.

A dinâmica da relação do homem com o meio não pode ser ignorada, uma vez que mudanças em uma dessas variáveis provocará mudanças na outra, como num mecanismo de feedback(troca) como enfatizam Vitte Guerra (2004). A medida que o homem transforma a natureza, ele sofre mudanças também já que o mesmo faz parte.

A Geografia enquanto ciência, sempre teve a preocupação em entender a relação do homem com o meio, entendido como entorno natural (SUERTEGARAY, 2003). Essa relação por vezes torna-se dicotômica no que diz respeito ao equilíbrio, à medida que o homem provoca transformações na natureza, intervindo na dinâmica natural, modificando-a através de seu trabalho, criando um ambiente a seu favor. Essa relação do homem com o meio é objeto de estudo das ciências humanas, que busca entender a relação do homem com a sociedade e com a natureza. Rocha (2007) ressalta: "Geografia sempre se mostrou como uma ciência que se encarrega de compreender o mundo e suas contradições no amago das relações sociais e na apropriação e uso do meio ambiente".

Dessa forma, ao entendermos o espaço geográfico como sendo uma dinâmica dessa relação social e natural, procuramos entender como o homem usa de suas técnicas para transformar o espaço onde habita. Com isso, o espaço é definido e diferenciado individualmente, levando em conta sua forma de ver e sentir o lugar onde está ambientado.

Para o lugar ser valorizado, apreciado pelo indivíduo, não basta apenas um contato esporádico ou único, mas sim a vivência ou o despertar para a natureza que são adquiridos pela convivência, estas remetem lembranças, experiências, por sua vez, gera afetividade e valores que não são fáceis de se perceberem.

Essa identidade é construída com a vivência, como a valoriza o modo como o indivíduo vê o lugar, os sentidos são perceptíveis, ao dado espaço, possibilitando a construção do conhecimento pelo modo como ele percebe o ambiente.

À vista disso, entendermos o espaço geográfico como sendo uma dinâmica dessa relação social e natural, procuramos entender como o homem usa de suas técnicas para transformar o espaço onde habita. Sendo assim o espaço é definido e diferenciado individualmente, levando em conta sua forma de ver e sentir o lugar onde está ambientado.

Dessa forma, entender como o homem transforma e organiza o espaço, modificando e urbanizando-o, implica entender também como o homem percebe o espaço que está ambientado, quais suas expectativas para aquele determinado ambiente.

Para Santos (2004) a significação individual deve ser admitida levando em consideração as condições sociais e diferenças sociais. Deve ser interpretada considerando as possibilidades que o indivíduo tem sobre o espaço, seja ela de poder ou econômica, para assim atribuir valor e afetividade a um determinado lugar.

Ancorados no que ressalta Santos (2004), podemos afirmar que o valor é dado e diferenciado de acordo com as condições materiais e também de acordo com o grau de conhecimento que o indivíduo possui sobre determinado lugar.

Camargo (2008) afirma que geografia esta tem como objeto de estudo as relações afetivas que o homem tem do lugar onde vive, estudando o modo como o sujeito vê seu lugar. Trabalha com a percepção e o comportamento, permitindo o

pesquisador conhecer a eterna evolução do indivíduo. Sendo assim o geógrafo interpreta a complexidade das diferentes variáveis existentes no espaço.

Dessa forma, devemos fazer da Geografia uma análise da experiência humana, voltando para a maneira como o indivíduo toma consciência, das paisagens que lhe são familiares, dos lugares que se sente à vontade, de todos os equipamentos que o convidam a olhar o futuro. (CLAVAL, 2011).

Claval enfatiza a forma como o indivíduo percebe o lugar, se ele se sente à vontade, que sentimentos tem sobre o ambiente, assim podemos perceber que como ele valoriza o espaço em que vive, e como ele se organiza. Como aborda Vitte e Guerra (2004) que afirmam que essa distinção entre o físico e o humano, determinam duas abordagens da mesma realidade e que para melhor compreender deve-se proceder uma leitura holística do meio ambiente, percepção e cognição para assim visualizarem melhor os fenômenos que ocorrem.

Neste contexto, conhecer a percepção e como o indivíduo valoriza o espaço em que vive, torna-se ferramenta fundamental ao geógrafo, já que terá maior dimensão sobre os diferentes pensamentos da sociedade sobre um mesmo lugar, assim entenderá como isso pode influenciar no modo como se organiza, e assim conhecer qual o valor este indivíduo atribui ao ambiente em que vive e interage, valorizando a paisagem que o cerca, bem como os elementos que a compõem.

A paisagem sendo tudo aquilo que se vê e sente, através dos mecanismos perceptivos os sons, os objetos visuais (imagens) o que podemos tocar e a paisagem também possui sabores (paladar) e os cognitivos que são os que envolvem as motivações, sentimentos, valores e expectativas, ressaltando a ideia de Claval (1999) que ressalta a ideia de que os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham, para saber qual a satisfação que o indivíduo possui com o meio em que vive e a inter-relação perante as paisagens, sejam elas naturais ou construídas.

Neste contexto, conhecer o olhar dos indivíduos sobre determinado lugar e determinada paisagem implica de forma considerável saber quais as emoções, expectativas, sentimentos, vivência que ele tem, para assim poder atribuir valor a seu comportamento e determinadas ações sobre o meio em que vive.

A compreensão da realidade, tendo em vista saber a importância das percepções dos fatos socioambientais, ou seja, compreender o mundo vivido, que constitui nas experiências, nos sentimentos, nas histórias e nos valores que o indivíduo atribui ao lugar. (ROCHA, 2007). Uma mesma paisagem terá significado distinto para um mesmo grupo de pessoas, que participam de uma mesma cultura, crenças, costumes e hábitos. Conhecer a percepção individual de cada um, implica saber quais as diferenças em um mesmo lugar. Santos (2007) ressalta a ideia da paisagem como um acúmulo diferencial de tempos históricos.

Toda paisagem possui signos e símbolos que descrevem e apresentam toda a história e as marcas de uma sociedade, mas a paisagem também pode ser subjetiva e depende da maneira como cada indivíduo interpreta e faz leitura daquilo que enxerga. A percepção da paisagem como um documento a ser lido, resultante de um patamar, moral, intelectual e estético alcançado pelo homem em um dado momento. (ENGLISH; MAYFIELD, 1972: 07, *apud*. RIBEIRO,2007).

A construção de identidade a partir da construção da paisagem, onde a medida que o homem convive com o espaço transformando-o, cria-se um ambiente familiar daí a valorização e esse espaço passa então a ser o seu lugar, onde há vivência, experiência, imaginário, perceptível, lugar das recordações. Dessa forma as populações locais carregam um legado cultural que permeiam de geração a geração, que constroem a partir da apropriação dos espaços e construção da identidade.

As comunidades pesquisadas fazem parte de um município rural que não possui muitos mecanismos que possibilitem uma geração de renda alta, já que a maioria dos moradores sobrevivem da agricultura e de empregos ofertados pela prefeitura e serviços privados.

A secretária de turismo de Caracol, entrevista afirma existir projetos que possam desenvolver a atividade turística na cidade e um desenvolvimento urbano e rural que irá beneficiar toda a população, mas em sua fala deixa claro a inexistência de uma secretaria de turismo, fato este, que dificulta o êxito em ações que propiciem um desenvolvimento propriamente dito das atividades ligadas ao turismo e infraestrutura do município cede do PNSC.

Existem muitas limitações que impedem que as visitas já sejam oficializadas, como a presença da atuação da Secretaria de Turismo que atua de

forma desejável junto a gestão do PNSC. Já que esta em Parceria com o ICMBio, seria a responsável por oferecer cursos de capacitação para condutores (guias), dentre outros projetos.

Neste sentido, um programa, denominado “Brasil Próximo” juntamente com a ACOPANASC-Associação de Condutores do Parque Nacional Serra das Confusões, tem a previsão de oferecer cursos de guias.

Outra limitação na divulgação e que impede oficializar as visitas é a falta de infraestrutura adequada para receber o turista, existem projetos que já estão sendo executados e outros ainda em fase de licitação.

O Turismo atinge todas as esferas da sociedade local e conseqüentemente todas devem atuar, uma ligada às outras. Desde o gari que cuida da limpeza, o gerente ou camareira de um hotel, o garçom de um restaurante, um taxista ou moto-taxista, nesse aspecto foi ressaltado a importância da formação de pessoas capacitadas foi citado que há um projeto que visa capacitar pessoas para melhor recepção bem como a criação de um roteiro diferenciado mostrando não só o PNSC, mas também a cultura local, favorecendo a criação de projetos de melhoria na infraestrutura urbana da cidade e das comunidades rurais.

### **3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS ACERDA DOS PARQUES NACIONAIS**

Nas últimas décadas a conservação ambiental tornou-se uma das maiores preocupações na sociedade moderna. No entanto, ao longo da história podemos perceber que a sociedade reconhece a necessidade de proteção do meio ambiente. Dessa forma, criam espaços protegidos a afim de conservar os recursos para as gerações futuras.

Como podemos perceber no caso das Unidades de Conservação que foram criadas inicialmente para proteção de espaços sagrados e de beleza singular, mas que hoje tem uma maior dimensão e objetivos, como podemos verificar a seguir, um breve histórico do surgimento de áreas protegidas que deram origem as Unidades de Conservação.

#### **3.1 Unidades de conservação : Breve histórico**

As áreas naturais protegidas existem desde o ano 250.a.C, segundo o ICMBio quando na Índia já protegiam certos animais, peixes e áreas florestais. E foi a partir do século XIX, que surgiram as primeiras áreas protegida, com a finalidade de proteger ecossistemas e paisagem naturais, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos e posteriormente os demais que foram criados seguiram o mesmo modelo. E somente em 1937 foi criado o primeiro parque nacional Brasil na cidade de Rio de Janeiro, o Parque Nacional de Itatiaia.

As Unidades de Conservação surgiram a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, lugar que não podia ser ocupado pelo homem, nos Estados Unidos, tinha o objetivo de preservar a beleza cênica, bem como todos os atributos naturais, a significação histórica, e o potencial para atividades de lazer.

Segundo Davenport & Rao ( 2002) o primeiro registro da criação de áreas protegidas deu-se devido à motivações estéticas, recreativas, religiosas na Índia onde as florestas eram consideradas sagradas.

Desde o início da criação de áreas protegidas, o homem criou mecanismos, normas legais para o acesso e uso dessas áreas, com objetivos bem definidos como no caso do Parque Nacional de Yellowstone, para a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer. Sendo que foi a partir do século XX, que a conservação da biodiversidade tornou-se um objetivo para a criação de áreas naturais protegidas.

Para Medeiros (2007, p.83) o processo de criação de áreas protegidas é mais complexo e o que percebe-se é que os modelos de unidades de conservação no Brasil se aproxima do que autor chamou de planejamento pragmático de conservação, pois mesmo que se aplique todos os princípios técnicos não há como excluir totalmente os atores envolvidos, no caso as populações tradicionais. Essas iniciativas de proteção do meio ambiente natural muitas vezes acabam desconsiderando a presença humana nesses locais, negligenciando assim o modo de vida das pessoas que já viviam nesses locais antes da criação dessas áreas protegidas.

Neste contexto, é perceptível que ao longo da história da criação de áreas naturais protegidas, a presença humana sempre foi considerada um empecilho para a proteção do ambiente natural, sem levar em consideração os valores e bagagem cultural que esses sujeitos carregam e o modo como eles vivem e convivem com o meio ambiente natural.

O termo Unidade de Conservação foi estabelecido em 1987 através da Resolução nº 011/87 do CONAMA, onde declara como unidades de conservação os sítios ecológicos criados por atos do poder público compreendidas por Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Jardins Botânicos, Monumentos Naturais, Hortos Florestais.

As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (BRASIL,2000).

Dessa forma, houve grande avanço na implementação de leis que visam melhor gerenciar essas áreas protegidas, instituíram então o Sistema Nacional de

Conservação da Natureza (SNUC), com a promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das UC nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), possibilitando assim uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas. Estabeleceu mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UC, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente<sup>6</sup>

A Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Lei vem a auxiliar o ordenamento das inúmeras leis dispostas sobre as diversas categorias de manejo, como também vem a definir critérios e normas para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas, sejam estas federais, estaduais ou municipais. De acordo com o artigo 4º disposto nesta mesma Lei, o SNUC tem os seguintes objetivos: I. contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III. contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV. promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI. proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII. proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII. proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX. recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X. proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII. favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII. proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

Segundo a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), as unidades de conservação dividem-se em dois grupos com particularidades distintas, são eles: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável nos termos do artigo 7º.

---

<sup>6</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA

As unidades de proteção integral têm por objetivo básico a conservação e preservação da natureza, restringindo desse modo, o uso de seus recursos de forma indireta, ou seja, uso que não envolve o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais existentes, com exceção apenas para casos previstos no §2º, art. 7º, da referida Lei (BRASIL, 2000).

Em equivalência, as unidades de uso sustentável possuem por finalidade harmonizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais existentes, conforme previsão do §2º, art. 7º, da referida Lei (BRASIL, 2000).

A categoria Parque Nacional é o mais popular e tem por objetivo preservar os ecossistemas que possuem expressiva contribuição para o meio ambiente. Neste tipo de unidade de conservação permite-se apenas à realização de atividades educacionais e de perspectiva ambiental, turismo ecológico e recreação, onde utiliza-se o contato com a natureza. O Plano de Manejo deste tipo de unidade é que define como será o regime de visitação pública. Os parques dividem-se em estaduais e municipais criados e tendo como por base a mesma legislação (BRASIL, 2000).

Segundo o SNUC ( Art-2º parágrafo I) unidade de conservação é todo espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação integrantes de acordo com o SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

As unidades de conservação asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam as comunidades envolvidas e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior e entorno.

A categoria parque nacional, lócus de estudo, faz parte das unidades de conservação de uso integral, ou seja, é vetado a presença de pessoas no interior da unidade, sendo que as que já possuem propriedade devem ser indenizadas e a

visitação acontece de acordo com regras previstas por lei presentes no plano de manejo. São definidas segundo o SNUC como área destinada a proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, desenvolvidas pesquisas científicas. (BRASIL,2000).

No Brasil, as primeiras unidades de conservação (UC's) surgiram efetivamente na década de 30. Na medida em que evoluíam os instrumentos legais, surgiram também novas categorias e finalidades com UCs sendo criadas nas esferas federais, estaduais e municipais. Devido ao cenário econômico, político, cultural e social.

Os parques são muito conhecidos à importância que tem para a recreação, turismo ecológico e ambiental. Como exposto anteriormente o primeiro parque criado no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937. Desde então, foram criados outros 237 parques (federais, estaduais e municipais), totalizando 345.093 km<sup>2</sup>. Por sua ampla distribuição no território brasileiro e por permitiram a visitação pública, são as unidades de conservação que propiciam a maior variedade de experiências e maior interação entre o visitante e a natureza.(BRASIL,2000).

Segundo Paduá(1997) os diferente tipos de Unidade de Conservação nasceram a partir de mudanças no panorama mundial de conservação ambiental , a ampliação do interesse social na questão, pressões internacionais e a concorrência entre organismos e diferentes políticas.

As unidades de conservação de proteção integral tem por objetivo básico a conservação e preservação da natureza, restringindo desse modo, o uso de seus recursos de forma indireta, ou seja, que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais existentes com exceção apenas para casos previstos no §2º artigo 7º da referida lei.(BRASIL,2000).

As UCs se classificam segundo SNUC em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Os dois grupos têm 12 categorias no total. No primeiro grupo, fica inteiramente proibida a exploração ou o aproveitamento direto dos recursos naturais. As cinco categorias de UCs desse grupo são:

- I. Parques Nacionais (No qual daremos maior ênfase)
- II. Reservas Biológicas
- III. Estações Ecológicas
- IV. Monumentos Naturais
- V. Refúgios de Vida Silvestre

A categoria Parque Nacional (PN) é uma unidade de conservação de proteção integral, ou seja, permite apenas o uso indireto dos atributos naturais, o qual não envolve coleta, uso, dano dos recursos.

As UCs são todas áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e manejo, dependendo da categoria em que se enquadram, finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais e animais de tradições culturais

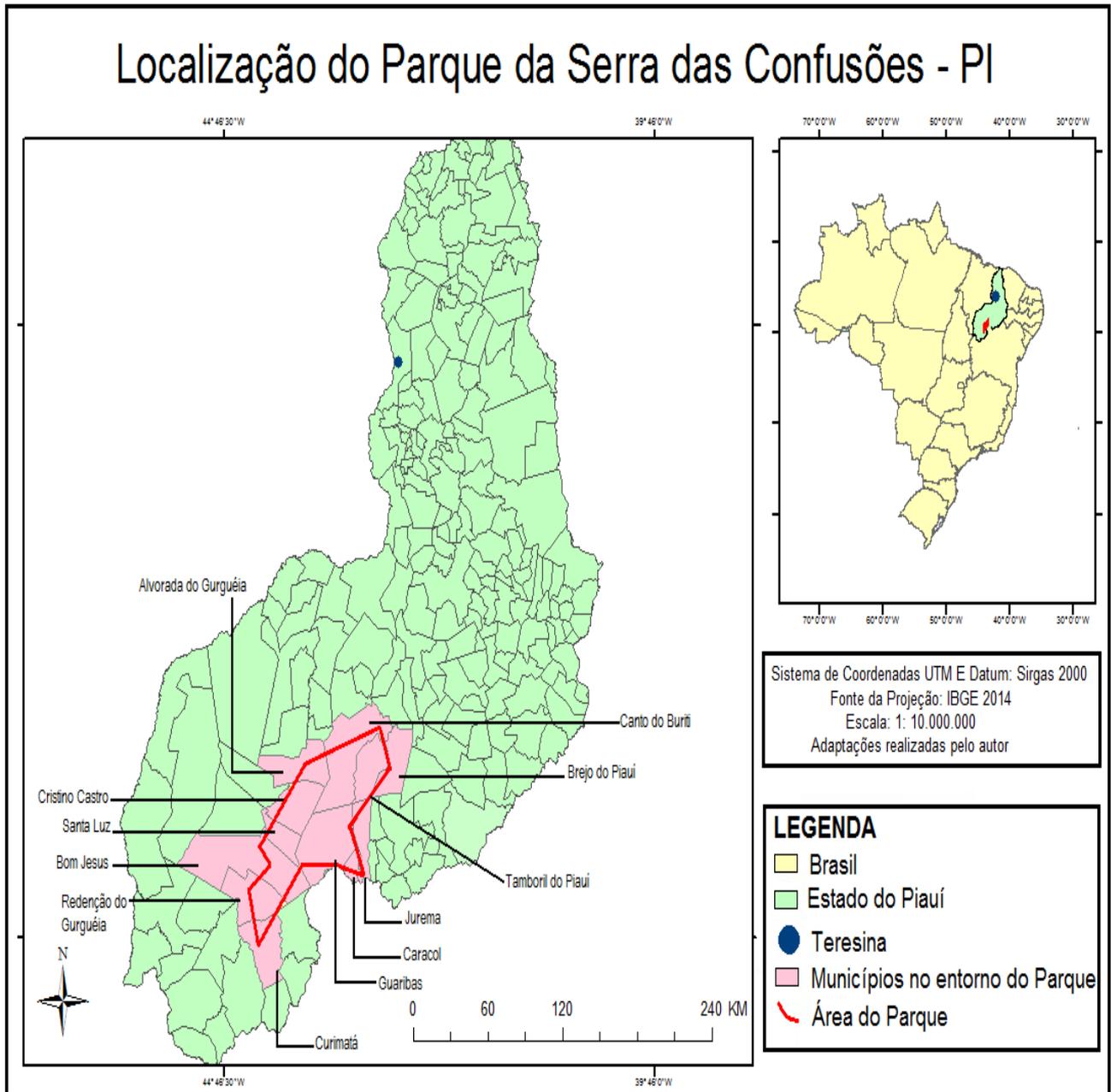
### 3.2 Criação e implementação do parque nacional serra das confusões.

O Parque Nacional Serra das Confusões (PNSC) criado pelo decreto s/nº, de 02/10/1998, constitui uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral. Possui uma área de 823.843,08ha de bioma caatinga e ecótonos de caatinga/cerrado, de grande relevância para a biodiversidade além de grande potencial geológico arqueológico de sítios encontrados no interior da unidade.

Localizado no Sudoeste piauiense, abrange 12 municípios, constituindo o maior Parque Nacional da região Nordeste. O Parque representa um componente importante do patrimônio natural e cultural a se proteger e conservar da paisagem semiárida. Assim, a investigação incita o levantamento dos significados a respeito do ambiente semiárido e sua paisagem a partir do olhar dos sujeitos sociais que integram a dinâmica territorial da UC.

O Parque Nacional Serra das Confusões está localizado na microrregião de São Raimundo Nonato e Alto Médio Gurguéia, abrangendo 12 municípios, no estado do Piauí: Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Curimatá, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Cristino Castro, Guaribas, Jurema, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e Tamboril do Piauí (Figura 01).

MAPA 2- Mapa de localização do Parque Nacional Serra das Confusões-PI



Fonte: Elaborado pelo autor, base cartográfica IBGE 2014.

De acordo com a pesquisa feita em conversa informal, o nome do Parque se deu por conta das mudanças de cor que ocorria nas rochas durante o dia, isso fazia com que as pessoas que por ali passavam, ficassem confusas, ou até mesmo perdendo a direção dentro do Parque, daí o nome Serra das Confusões.

Foto 1-Portaria do Parque Nacional Serra das Confusões-PI



Fonte: Pesquisa direta 2015

O PNSC está inserido no domínio morfoclimático das caatingas, transição sub-úmido semiárido, tipo seco, onde há uma grande variabilidade na distribuição de chuvas. A cobertura vegetal é composta principalmente por vegetação arbórea, arbustiva e arbórea/ arbustiva.

Foto 2- PNSC período chuvoso



Fonte: arquivo pessoal: Josimar Rocha

Foto 3- Vegetação do PNSC período chuvoso



Fonte: arquivo pessoal: Josimar Rocha

Foto 4- Vegetação do PNSC período seco



Fonte: arquivo pessoal: Josimar Rocha

Foto 5- PNSC período seco



Fonte: arquivo pessoal: Josimar Rocha

O PNSC se constitui como unidades de proteção integral<sup>7</sup> que não permitem que pessoas habitem dentro do Parque, até mesmo as visitas estão sujeitas às normas impostas na lei, ou seja a corrente é a preservacionista. Diegues, aborda questões ambientais que envolvem parques em sua obra O mito moderno da natureza intocada (2008). O autor ressalta a dicotomia entre as correntes de pensamento conservacionista e preservacionista, onde na primeira deve ser feito o uso criterioso dos recursos naturais, já a segunda deve essencialmente reverenciar a natureza, não podendo tocar nem fazer uso dos recursos, como apreciação estética e espiritual da vida selvagem (Diegues, 2008).

O autor ainda ressalta a importância da sociedade local para a conservação dos Parques Nacionais, onde estes não devem ser tratados como inimigos, e sim como aliados na luta pela preservação dos recursos naturais e conservação nas áreas visitadas.

Assim entendemos a importância da participação conjunta de atores sociais como moradores locais e também gestores, para que em parceria alcancem os objetivos sugeridos na criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, e não apenas sirva como uma lei que poucos conhecem e seguem.

Dessa forma vale ressaltar que as unidades de conservação ainda seguem o modelo do Parque Nacional de Yellowstone, lugar que não podia ser ocupado pelo homem, nos Estados Unidos e tinha o objetivo de preservar a beleza cênica, bem como todos os atributos naturais, a significação histórica, e o potencial para atividades de lazer e recreação. Esse modelo de parque nacional prevalece até hoje, desconsiderando a existência de pessoas que residem dentro e na zona de amortecimento.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação

---

<sup>7</sup> O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e aquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000)

ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e aquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

O SNUC foi apresentado no intuito de, através dos objetivos da lei, juntamente com objetivos da pesquisa, para entendermos como se deu a criação de UCs e como a presença humana tem sido de certa forma negligenciada por esses instrumentos de gestão.

Foto 6-Vista Panorâmica do Parque Nacional Serra das Confusões



Fonte: Pesquisa direta 2012

Foto 7-Formações rochosas no Parque Nacional Serra das Confusões-PI



Fonte: Pesquisa Direta 2013.

Segundo o ICMBio, a proposta de ampliação do Parque Nacional Serra das Confusões, apresenta as seguintes informações: a área de ampliação foi um consenso entre governos federal e estadual, tendo como finalidade proteger florestas decíduas e semidecíduas intactas, beleza cênica; excluir áreas de ocupação consolidadas, áreas de uso pela agricultura familiar estradas vicinais em uso; assegurar a ocorrência dos limites naturais que seguem, fácil identificação em campo, facilitar a gestão da UC, diminuir os conflitos relativos aos limites, abrangendo assim

ainda as áreas de proteção sem oferecer suporte e infraestrutura adequada para o funcionamento adequado da UC.

O PNSC rico em biodiversidade e grande beleza cênica (Figura 03), constitui a maior área contínua do bioma caatinga, e ecótonos de caatinga/cerrado e hipótese de mata atlântica, possuindo grande diversidade de espécies animais e vegetais, nele também podemos encontrar diversos sítios arqueológicos ainda no estágio primitivo, cavernas e grutas, isso intensifica ainda mais a ideia da importância da conservação e atividades sustentáveis como a prática do ecoturismo, nesses sítios arqueológicos.

Estes sítios formam cadastrados de acordo com o IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste sentido, nota-se a importância de desenvolverem projetos que venham nortear tanto a população como os gestores a desenvolver projetos de sustentabilidade através da atividade turística.

A melhor forma de acesso é a partir de Teresina-PI, através do aeroporto Petrônio Portela pela BR-316, da Estaca Zero até Floriano-PI, PI 140, de Floriano até São Raimundo Nonato-PI- PI 144, de São Raimundo Nonato até Caracol-PI.

O Parque conta com muitos projetos do governo que estão melhorando a infraestrutura e acesso, estes projetos encontram-se em fase final de elaboração e implementação como por exemplo:

- Projeto de Identificação e Informação do Centro de Visitantes. Este projeto criou o centro de visitantes, este tem como finalidade a recepção do turista em um ambiente que traz amostras da cultura local com artesanatos, lanchonetes e restaurantes, banheiros, etc;
- Projeto de Adequação, Sinalização e Interpretação de Trilhas. Visando uma melhor feição e sinalização já que necessariamente todas as trilhas devem ser sinalizadas mostrando quais os caminhos que o visitante percorrerá e o nome da trilha;
- Projeto de Instalação de Equipamentos Facilitadores (acesso a Gruta do Riacho dos Bois e plataformas com parapeito nos Sítios Arqueológicos : Sítio do Enoque e Sítio Alto do Capim). Para uma melhor visualização este sistemas de plataformas com parapeito, facilitará o acesso aos sítios com segurança e controle;
- Projeto Radio- Comunicação: Tem como objetivo, a propaganda e divulgação do Parque Nacional incentivando o turista a querer conhecer o lugar.

- Projeto Brasil Próximo- aquisição de equipamentos e mobiliários destinados à estrutura físicas construídas.

A prática do turismo sustentável no Parque Nacional Serra das Confusões, pode representar um estímulo de aproveitamento das potencialidades ambientais, possibilitando a inclusão social desde que bem desenvolvida podendo trazer às populações locais benefícios, desde a geração de empregos, a conservação da natureza e do patrimônio, entretanto para que isso aconteça de forma não predatório, esta deve ser bem planejada

O estudo das populações locais possibilita uma melhor gestão e implementação de projetos de desenvolvimento na região, isso porque o lugar é formado por elementos naturais e culturais, e entendendo as populações e sua cultura pode-se definir políticas públicas saudáveis para a preservação da biodiversidade aliada ao bem estar social e qualidade de vida.

Foto 8- Vista cênica do PNSC



As principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade são a policultura com produção sazonal de feijão e milho e a criação de gado, este fica solto podendo caminhar por dentro do PNSC, isso intensifica os impactos antrópicos dentro da UC. Para que aconteça um desenvolvimento em equilíbrio causando o menor impacto, é preciso que aconteça também políticas que viabilizem a qualidade de vida das populações locais. Como podemos destacar à luz de Mcnelly (1992 apud DIEGUES,2008) onde o mesmo enfatiza que para que se tenha uma relação custo/benefício de conservar uma área protegida, o final deve ser positivo para as populações locais, incluindo-as no planejamento e manejo dessas áreas afim de todos participarem e partilharem os benefícios que a mesma oferece.

#### **4 MODOS DE VER E MODOS DE VIDA: OS OLHARES SOBRE O PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES**

Nesta seção serão apresentadas algumas discussões sobre o olhar do poder público, aqui representado pela gestão (G1) e órgãos gestores da UC, sobre o PNSC e como sua criação afetou ou afeta a maneira dos discursos em relação ao semiárido, bem como analisar de forma simplista o discurso sobre as expectativas e anseios sobre melhorias no PNSC e se as áreas que fazem parte da ZA e se estão sendo incluídas dentro desses planejamentos.

Dessa forma, foi feita entrevista com representante da gestão do PNSC, para tentar compreender o olhar do mesmo sobre PNSC. Diante disso utilizamos o que Bardin (2004) define como análise de conteúdo que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, usado para avaliar as percepções dos sujeitos entrevistados, utilizando processos de análise das questões abertas Moreira (2005) apresenta como uma interpretação de relatos dos sujeitos da pesquisa, os quais emitem opinião carregada de sentidos, de significados e valores.

##### **4.1 Olhando o parque nacional serra das confusões de fora para dentro: discursos da gestão e órgãos gestores**

O bioma caatinga durante muito tempo foi considerado como pobre e com pouca diversidade, porém é notável que esse discurso acerca desse bioma vem mudando significativamente sendo valorizado pela sua singularidade e biodiversidade. Diante disso, e levando em consideração as mudanças ocorridas no imaginário geográfico, demandamos sobre como esse discurso de valorização vem sendo aplicado na Unidade de Conservação.

As pesquisas envolvendo a biodiversidade foram e continuam sendo o fator primordial para esta mudança de comportamento. As pesquisas mostraram que a caatinga tem uma importância muito elevada dentro do contexto dos biomas, pois o espaço formado pela caatinga hoje, no passado foi recoberto por florestas úmidas e exuberantes, onde prevalecia o que hoje mostram a mata atlântica e a floresta amazônica; prova disso é que nas áreas de baixadas, nos vales do PN da Serra das Confusões, existem elementos muito significativos desses dois biomas, tanto do reino animal como do reino vegetal, portanto, a

caatinga teve a missão de desenvolver espécies diferentes através de sucessivas mutações, produzindo seres que são encontrados somente nesse ambiente, os chamados seres vivos endêmicos. Além disso, a caatinga tem um recurso fantástico de beleza cênica que bioma algum tem. Veja a caatinga com olhar crítico quando ela se encontra desfolhada. Somente ela oferece tanta beleza nesse período.(G1,2017).

É perceptível ao analisar o discursos da gestão( representado por G1) sobre o conhecimento sobre o bioma caatinga, o mesmo afirma que o bioma é uma sucessão de mutações na fauna e flora e não um ambiente com características próprias. No entanto, no mesmo discurso nota-se que o mesmo valoriza o bioma como rico em biodiversidade, porém mostrando apenas discursos de conservação e discursos apresentados pela massa.

O mesmo gestor afirma que o PNSC é valorizado e bem visto pelo poder público, justificando pelo tamanho em hectares que o PNSC possui pois trata-se da maior área contígua de caatinga em excelente estado de conservação e depois de criado foi submetido a uma ampliação de quase dois terços do seu tamanho original e recentemente está sendo discutido e aprovado de um projeto com o aval do governo federal, estadual, ministério público federal e a comunidade ambientalista para que haja uma nova ampliação de mais ou menos 300.000 hectares nos próximos dois anos (G1,2017).

O mesmo afirma que estas ampliações se devem principalmente pela importância do Parque com relação ao restabelecimento dos recursos hídricos da região. Sem a conservação da caatinga, muito em breve os maiores aquíferos da região (serra grande e cabeças), dos quais faz parte o aquífero do vale do Gurgueia, seriam seriamente comprometidos. Dessa forma, mostra a relevância de sua conservação.

Quando questionamos sobre as mudanças ocorridas no PNSC, após sua implementação, o gestor afirmou que as mudanças ocorridas foram poucas, sendo que a maior foi a ampliação, a elaboração do plano de manejo e implementação de estrutura física destinada à visitação pública nos anos de 2010 e 2011.

Quando perguntamos em relação ao semiárido piauiense, se o mesmo ganhou importância devido à criação do PNSC, o entrevistado nos apresentou um discurso de conservação

Sim. Tão somente o ato legal de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde se enquadram os Parques Nacionais, impossibilita o uso do solo, água, vegetação e de todos os componentes da biodiversidade de uma área.(G1,2017)

A criação do PNSC , trouxe benefícios para toda a região, depende do olhar , pois para as pessoas ligadas ao agronegócio, que são aqueles que fazem o uso da terra em grandes escalas, a criação do PNSC foi sentida negativamente, pois a tendência natural seria a expansão desta atividade na área em tela, principalmente pelo valor das terras e a facilidade de mecanização. Já para os pequenos trabalhadores rurais, que são aqueles que fazem uso da terra em pequenas escalas (agricultura de cunho familiar) não houve resistência, ou melhor, foi indiferente, pois esta gente trabalha em áreas de baixadas por conta da melhor umidade do solo e também pela facilidade do acesso a água, e a área do Parque encontra-se com mais de 90% distribuídas em platôs de altitude. Para os ambientalistas, a criação do Parque foi de extrema importância, pois se consolidou a conservação da maior área contígua de caatinga através da Lei.

Embora exista um processo para a criação de Parques Nacionais, e que são feitos estudos em um processo longo, sabe-se que alguns fatores são desconsiderados ou deixados em segundo plano. A respeito disso podemos citar as populações das comunidades que vivem no entorno ou na zona de amortecimento, que muitas vezes são desconsideradas. Nessa perspectiva, indagamos sobre o valor foi atribuído as pessoas que vivem o entorno do Parque ou mesmo na zona de amortecimento. Se existe participação da mesma na gestão do Parque e na tomada de decisão, bem como projetos para integrar a comunidade aos assuntos referentes ao Parque.

Diante desse questionamento, o entrevistado citou que a criação e ampliação teria que obedecer ao processo de consulta pública da área proposta e que esta consulta foi realizada a ampliação do PNSC no final de 2010. O mesmo enfatizou que a área proposta pelo Governo Federal destinada à ampliação do Parque, foi descaracterizada pelo processo de consulta pública, pois houve um refinamento do traçado em que as áreas de baixadas que tem grande importância para a agricultura familiar e também aquelas povoadas, ficaram de fora do perímetro da ampliação, e também os onze municípios que cederam áreas para a criação/ampliação do PNSC

têm acento no Conselho Consultivo do Parque seja através dos órgãos públicos municipais como também através das organizações não governamental.

O PNSC estimulou a criação de uma associação de condutores/guias em 2005. Esta associação é composta principalmente por mateiros com procedência no entorno do Parque. Estes cobram uma diária em valor de mercado pelos serviços prestados, tanto para visitantes quanto para pesquisadores, promovendo assim, uma fonte de trabalho e renda, conforme aponta o entrevistado.

Quanto aos projetos dentro do PNSC e na ZA, afirma que os projetos de desenvolvimentos foram encerrados em 2014. Estes projetos faziam parte de uma parceria internacional com envolvimento de algumas regiões da Itália, quando se desenvolveu varias ações, dentre estas: A construção de um Centro de Visitantes; de três (03) Pórticos; de duas (02) Portarias; de dois (02) Museus de Sitio; de duas guaritas, a pavimentação da descida da Serra das Confusões; a intervenção com moveis e equipamentos em todas as edificações do Parque; além disso, regularizou-se o conselho consultivo com varias reuniões ordinárias e extraordinárias; promoveu-se o curso de guias; instalou-se a estação de radio comunicação; confeccionou-se material de divulgação (folders); promoveu-se a inter-relação de conhecimentos conservacionista entre os dois países, entre outros. Vale à pena lembrar, que os recursos financeiros destinados a essas intervenções; da parte que cabia ao governo, foram oriundos de Compensação Ambiental, portanto não orçamentários, e o restante ficou sob a responsabilidade da parceria Italiana.

Bem. Quando se fala em 'Cajueiro', nos remete a uma porção do município de Guaribas. Chamamos 'Cajueiro' o conjunto de comunidades representadas pelas localidades: Cajueiro; Tamboril; Queimada do Angico; Capim; Água Brava e Barreiro. Designa-se Cajueiro, por se tratar daquela mais povoada e conseqüentemente melhor estruturada. Bem. Trata-se de uma região onde é preciso se trabalhar melhor a Educação Ambiental, pois as pessoas sediadas nessa região ainda não veem o Parque como uma fonte de prosperidade. Procuramos incluir sempre que possível gente dessa região para prestar algum tipo de serviço ao Parque para que possa servir de exemplo para os demais, tentando mostrar que o Parque pode sim, proporcionar trabalho e renda, além dos benefícios ecológicos. Cresce a cada dia o interesse de turistas, principalmente daqueles oriundos do Sul e do Sudeste a procura de hospedagens nas casas simples dos moradores da região, principalmente nos Povoados Barreiro e Capim, por estar mais próximos a linha perimetral do Parque.

Como podemos perceber no fragmento da entrevista com o G1, na visão dele os moradores da comunidade Cajueiro como o mesmo citou que se trata de um conjunto de localidades, eles não percebem o valor que o PNSC, tem para a humanidade nem mesmo para a região como fonte de desenvolvimento local, e que os moradores são incluídos em diversas atividades que envolvem o PNSC.

No entanto esse discurso é divergente com os questionamentos feitos pelos moradores, pois afirmam não ser incluídos em nenhuma atividade de desenvolvimento local. Quanto ao apoio por parte do governo federal, estadual e municipal dispõe para PNSC junto ao ICMBio, o gestor afirma que existe pouco repasse de verbas e orçamentos onde mesmo com parcerias no âmbito estadual e municipal, não existe repasse, ou melhor há um certo descaso.

O governo federal disponibiliza anualmente parte do orçamento da união ao MMA – Ministério do Meio Ambiente, e este divide os recursos entre os órgãos de natureza finalística, tais como ICMBio, IBAMA, ANA e etc. A parte que cabe ao ICMBio é rateada entre todas as UCs, incluído os PNSC. O governo estadual existe uma parceria formalizada entre aos anos de 2005 a 2014, porem pouco se fez até a presente data. Já o governo municipal também existe uma parceria formalizada entre aos anos de 2005 a 2014, porem pouco se fez até a presente data. E até mesmo a divulgação é precária .

Quanto ao quadro de funcionários existe uma quantidade insuficiente para que a gestão cumpra os objetivos que propõe o plano de manejo. Existe apenas 01 (um) servidor a nível institucional no PNSC, os demais (13) são fruto de contratação de empresas terceirizadas. Durante 06 meses do ano, são contratados temporariamente pelo órgão 30 brigadistas que cumprem a função de prevenção e combate aos crimes ambientais.

Quanto a educação ambiental na ZA, o mesmo afirma que mesmo na esfera do órgão deixa a desejar. O que se faz no âmbito do PNSC, em caráter não formal, são palestras efetivadas pela chefia do Parque destinadas a alunos de ensino fundamental e médio quando solicitado pelas direções de escolas.

Em relação ao município de Guaribas por ser o que mais contribui para o que mais contribui com a área territorial do Parque. Mais de 80% do município se encontra dentro do perímetro do PNSC. Poderia ser um transtorno para aquele município,

porém a área cedida para a criação e ampliação do PNSC não poderá ser utilizada para exploração de uso do solo, porém nunca foi reclamado à inibição desse direito, pois a população de guaribas trabalha a terra desenvolvendo a agricultura familiar e somente estes 20% que se encontra fora do PNSC possui esta aptidão, por que são as áreas mais baixas, com terras mais úmidas e mais ricas em nutrientes e com acesso fácil a água.

Dessa forma a área cedida ao PNSC não é de interesse da população para suas atividades. O município poderia reclamar de alguma forma a inclusão do mesmo no ICMS Ecológico. Existem alguns municípios no País que recebem recursos financeiros por ajudar de forma efetiva a conservar a biodiversidade, conforme relata o entrevistado.

Quando foi questionado sobre o auxílio e suporte das secretarias de turismo e infraestrutura, com a gestão do PNSC, o entrevistado afirma que existe sim esse suporte e que representam os municípios através do conselho consultivo do Parque. São ao todo 12 municípios que cederam área para a criação e/ou ampliação, todos eles com acento no conselho. Estes municípios ajudam ao Parque, principalmente com informações sobre os incêndios florestais e no tocante a denúncia de caçadores. No entanto, em trabalho de campo realizado entre o período de 2013 à 2016, foi constatado que não existe secretaria de turismo na cidade cede do PNSC. Existe cargos, mas não existe a secretaria, impossibilitando muito o auxílio da gestão do PNSC.

#### 4.2 Olhando o Parque Nacional Serra das Confusões de dentro para fora: o modo como os moradores de Cajueiro- Guaribas percebem o Parque Nacional Serra das Confusões-PI

O imaginário geográfico a respeito do semiárido vem mudando seu discurso ao longo dos últimos anos, porém ainda em nossa cultura é comum associarmos que a falta de bens materiais existentes nessa região à pobreza das pessoas que habitam, mas o que acontece é que o sertanejo possui grande riqueza cultural, adquirida ao longo de gerações e de resistências não só de adaptação as condições ambientais

existentes, como também devido a pressões por parte do poder público como é o caso que iremos mostrar no relato das entrevistas.

As entrevistas feitas com diversos moradores das localidades que compõem o povoado Cajueiro e pessoas que habitavam o interior do PNSC antes de sua criação e implementação. Alguns desses moradores foram indenizados, no entanto alguns relatam não ter recebido nenhum tipo de incentivo durante a implementação do PNSC.

De acordo com a tabulação e levantamento de dados a maioria dos entrevistados reside nas localidades em torno de 40 a 70 anos, a grande maioria não possui escolaridade e sobrevivem da policultura e agricultura de subsistência. Apresentaremos a seguir os relatos das entrevistas e posteriormente as considerações sobre as inter-relações e divergências entre o discurso do poder público e o discurso da comunidade e podemos notar também uma perda de território ao ser implementada a UC, já que os moradores foram obrigados a seguir uma série de restrições, sobre o uso do território do PNSC.

Gomes (2008) entende território como forma de poder e percebe como controle de acesso. O autor enfatiza a ideia de que a territorialidade está diretamente ligada ao poder que os sujeitos têm sobre o espaço. Fortalecendo as ideias de Haesbaert (2004), onde o mesmo discute a ideia de territorialidade como controle sobre o espaço e lugar. Já a desterritorialização como a perda desse controle, de poder e acesso.

Raffestin (1993) defende que território está ligado as formas de poder que podem ser de ordem econômicas, culturais, naturais, ou seja, ao apropriar-se de um espaço, seja de forma concreta ou abstrata, o indivíduo está territorializando o espaço. Haesbaert (2009) ressalta que território ao mesmo tempo que é simbólico é material, onde menciona a importância da cultura nas análises geográficas.

As comunidades Cajueiro, Capim, Tamboril, Queimada do Anjico, Água Brava e Barreiro, estão localizadas no município de Guaribas que pertenceram primeiramente a São Raimundo Nonato, em seguida a Caracol, desmembrando-se do município de Caracol e de Bom Jesus. A estrada que dá acesso a Guaribas é de leito natural com aproximadamente 50 km de Caracol. O acesso às comunidades encontra-se em condições precárias e de difícil acesso, a seguir o mapa(Figura) da localização em destaque, das comunidades no município de Guaribas.

As comunidades que compõem o perímetro de Cajueiro são composta de pessoas com faixa etária de 0 a 95 anos de idade, onde 99% são trabalhadores rurais essa cultura é passada de pai para filho, pessoas simples, mas que possui características típicas do sertanejo, figura descrita na literatura como forte e de grande resistência.

A maioria das famílias vivem de agricultura de subsistência e policultura, assim como pequenos pecuaristas, também para subsistência. O que dificulta mais ainda essas atividades é a escassez de água, característica típica da região, obrigando muitas vezes os moradores caminhar quilômetros levando o gado até alguma fonte de água, onde as chuvas são escassas e há longos períodos de estiagens, obrigando assim os moradores a se adaptarem ao clima seco e semiárido, assim como as características gerais da região.

Como podemos observar (Figura 10) é uma comunidade composta por casas de alvenaria, possui energia elétrica, mercadinhos de pequeno porte.

Foto 9- Povoado Cajueiro



Fonte: Pesquisa direta 2016

Foto 10- Povoado Cajueiro



Fonte: Pesquisa direta 2016

As imagens acima são fotografias tiradas em trabalho de campo que ocorreu em 2016, é de um clube onde são realizadas festas de acordo com a cultura local, e o que nos chama mais atenção é que ao ser questionado sobre o porquê do nome sertão no letreiro do clube, o dono nos explica que antes ali era sertão, lugar abandonado e que não tinha casas e nem pessoas vivendo por ali. No entanto quando começou a formar um povoado deixou de ser sertão.

A religião predominante na comunidade é a Católica, onde comemoram as festividades de Santa Luzia e Nossa Senhora de Lourdes (Santa que tinha uma imagem dentro do PNSC, mas que foi retirada após a implementação), essas festividades reúnem pessoas de toda a região de Guaribas e suas comunidades que se deslocam para festejar junto aos moradores da comunidade.

O grande destaque deste povoado é a festa de Santa Luzia, que ocorre no dia 13 de dezembro, reunindo os fiéis do povoado e de toda a região. Santa Luzia foi escolhida por causa da grande incidência de problemas de visão na população local. Dentro da cultura católica, esta Santa é protetora da visão. Segundo a crendice popular, quando chove no dia da Santa, o período das chuvas vai ser bom. Anos a

festa é realizada no mesmo local e a guarda da imagem da Santa está a cargo da família do chefe do Parque. As orações são feitas em latim pelo próprio pessoal da região e cerimonia é dividida em três momentos: Oração, pagamento de promessas e almoço coletivo. Neste almoço, normalmente são servidos pratos típicos, como bode, galinha ao molho pardo e carne de boi. Em setembro é comemorado a festa de Bom Jesus dos Aflitos. Perto da comunidade, já dentro do Parque, existe a capela de Nossa Senhora de Lourdes e um antigo cemitério, ambos desativados<sup>8</sup>

O estudo das populações locais possibilita uma melhor gestão e implementação de projetos de desenvolvimento na região, isso porque o lugar é formado por elementos naturais e culturais, e entendendo as populações e sua cultura pode-se definir políticas públicas saudáveis para a preservação da biodiversidade aliada ao bem estar social e qualidade de vida.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade são a policultura com produção sazonal de feijão e milho e a criação de gado, este fica solto podendo caminhar por dentro do PNSC, isso intensifica os impactos antrópicos dentro do PNSC.

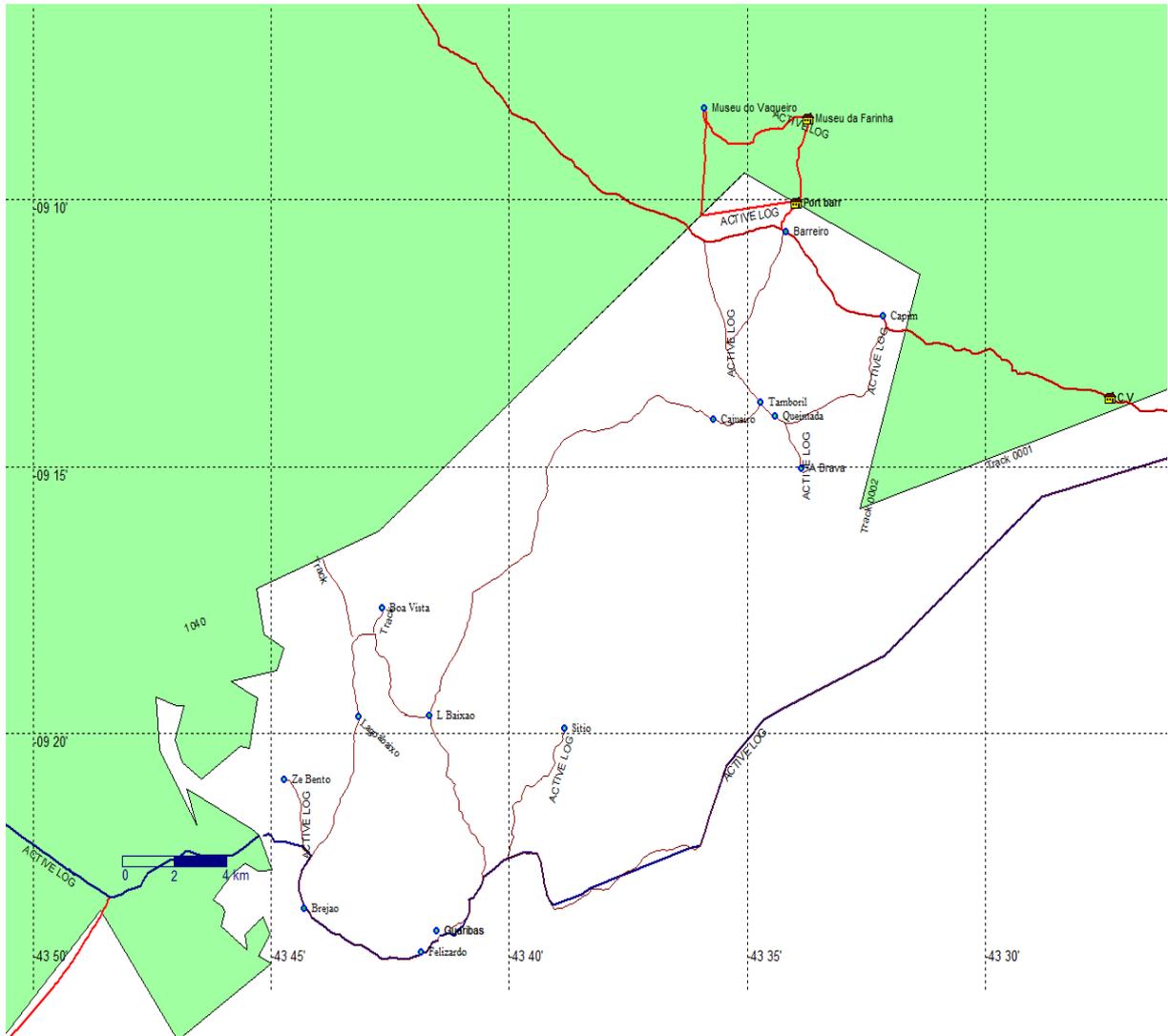
Para que possa acontecer o desenvolvimento em equilíbrio com a sustentabilidade do meio, é preciso que aconteça também políticas que viabilizem a qualidade de vida das populações locais. No tocante dessa temática nota-se a extrema importância da criação do poço para a comunidade, já que todas as atividades econômicas que são desenvolvidas no local dependem de água, desde a agricultura a pecuária como também para o uso pessoal.

“ A relação custo/ benefício de conservar uma área protegida deve no final ser positiva para a população local se se aspira à prosperidade dessa região e para isso essa populações devem ser envolvidas o planejamento e manejo das áreas protegida, e participar de seus benefícios.” (MCNELLY,1992, apud DIEGUES ,2008,p.123)

---

<sup>8</sup> .PLANO DE MANEJO DA UNIDADE

MAPA 3- Mapa de localização das comunidades que compõem o povoado Cajueiro



Fonte: ICMBio: 2017

### 4.3 Relato dos moradores

A primeira senhora a ser entrevistada, conta que durante muitos anos precisou fazer mudanças e migrações junto com sua família para cidades mais próximas em busca de melhores condições de vida. A mesma relata que a falta de água é a grande problemática existente na comunidade.

Em meio a conversa, citou que os pontos positivos de morar naquela região são poucos, pois lá possui muito mais pontos negativos que positivos. No entanto, se

refere a uma melhoria na qualidade de vida da localidade, pois antes da implementação do PNSC, não havia energia elétrica, relata estar descontente pelo fato de não haver água encanada e nem reservatório que possam abastecer.

(...)O povo falta em tempo morrer de precisão d'água, teve um tempo que a gente comprava água porque não tem água encanada, não tinha ninguém pra botar água aqui pra nois aqui em casa (...)

Ao perguntarmos se conhece o Parque Serra das Confusões, a moradora relata que conhece, mas conhece pouco. Que somente quando faz o trajeto para o município de Caracol passa pelo PNSC e o mesmo representa um lugar bonito e agradável de estar. E que depois da implementação do PNSC melhorou as condições de trajeto, pois antes as estradas eram de difícil acesso.

Foto 11- Estrada dentro das imediações do PNSC



Fonte: pesquisa direta 2017.

A seguir um relato da segunda entrevista feita com um agricultor e antigo morador da área do PNSC.

\_\_\_Gerou emprego um servicinho...não é pra todos não. E se não ajudar também não prejudica não \_\_\_Gosto de viver aqui\_\_\_Olha eu andei muito pelo mundo ai quando me aquietei fiquei aqui e to achando bom, todos lugar é pior que aqui\_\_\_Aqui é bem fraco de condições, agora depois deste parque temos uma estradinha, mas falta umas coisas que nós não tem aqui não tinha energia, ai tamo batalhando pra vim um sinal e água encanada.

Durante a entrevista com o morador 2, notamos uma emoção do mesmo ao se referir ao PNSC, já que antigo morador indenizado relata ter grande valor sentimental com a UC, além de relatar melhorias após a implementação do PNSC, pelo fato de melhorias no trajeto e serviço para algumas pessoas na época das queimadas. Mas que sentiu grande dificuldade por conta das proibições de queimada, caça e retirada de lenha para uso.

O morador 2, afirma que mesmo com todas as dificuldades sofridas, ainda prefere morar ali, pois gosta mesmo sendo o que chamou de “interiozão”, mas ali ele pode buscar as coisas que precisa, mesmo com dificuldade conseguiu criar seus filhos e oferecer segundo o mesmo, uma educação em referência ao sistema de ensino escolar.

Ele enfatiza a todo instante a importância de conservar ao afirmar que os funcionários devem cuidar e não deixar ninguém fazer queimadas, pois para o mesmo as queimadas é a única forma de impacto maior no meio natural.

Quando eu passo e vejo acho muito bonito, nem todo lugar tem aquilo não, eu mesmo nunca cacei, mas meus vizinhos tiraram \_\_\_Antes de ser parque lá era sertão gerais\_\_\_Sertão gerais é um lugar pouco beneficiado.

Como podemos perceber o morador 2 se refere ao PNSC, antes da implementação, como sertão gerais, afirmando que sertão gerais é um lugar pouco beneficiado, não existe coisas boas, apenas deserto.

A ideia de sertão para este morador assim como outros moradores entrevistados, é uma idéia de lugar esquecido, que ninguém leva benefícios (se referindo a meios para uma melhor qualidade de vida, como água, energia elétrica, e empregos).

O morador 3 dá ênfase ao que foi dito anteriormente pelo morador, onde relata gostar de viver no sertão, ressaltando que no sertão é “interiorzinho”, e cidade não é

sertão. O mesmo enche os olhos de lágrimas ao lembrar de como era antes da criação do PNSC, antes de serem impostas as leis que asseguram a conservação.

Eu conheço o parque pra mim ele se transformou em uma coisa que pra pobre não serviu\_\_Porque o pobre vivia de uma cacinha do mato, agora não pode caçar mais\_\_Eu mesmo eu caçava, eu gostava de caçar eu ia pra roça a semana toda e de sábado pra domingo eu ia pegar minha cacinha, mas já hoje eu não vou mais, porque tem um problema ai que não da pra mim porque eu já sou aposentado.

A moradora 4 enfatiza a necessidade de água na região, afirma que antes quando não era proibido o acesso ao PNSC, eles poderiam ter acesso ao olho d'água que existem no interior da UC. Atualmente ela diz que só frequenta o PNSC, quando passa para ir à cidade de Caracol, já que o trajeto se dá no interior da unidade. Ela relata sobre corrupção e que os mesmos vivem às margens, esquecidos.

Foto 12- Estrada que dá acesso às comunidades do entorno



Fonte: pesquisa direta

O morador 5 explica de que maneira entende sobre conservação, demonstrando conhecimento tradicional sobre o assunto. O mesmo afirma que esse

conhecimento, já nasceu com ele, tentando explica que passou de pai para filho. “Conservar é não usar tudo, é regrar pra sempre ter, é não botar fogo pra os bichos não morrer e nem as plantas, mas tem os mal elemento que não atende”.

Tenho muitas memorias de lá, relata o morador 6 ao recordar a época que morava em terras que pertencem o PNSC. “Quando eu passo onde eu morava eu lembro do material que eu tirava lá de dentro o feijão, sinto saudade. Hoje a gente só usa a estrada.

O morador relembra que no local chamado de santa, também conhecido como olho d’água, possuía uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes, onde as comunidades que viviam próximo festejavam todos os anos de forma tradicional. Já hoje este local não possui mais a imagem e é visto por alguns como sagrado, mas por outros, por não possuir mais a imagem, não é considerado sagrado, onde faziam promessas afim de seguir viagem tranquilamente.

Foto 13- Local denominado Santa, dentro do PNSC



Fonte: Pesquisa direta, 2013

A percepção que podemos ter diante das entrevistas e dos relatos dos moradores é que a comunidade sofreu e ainda hoje sofre consequências, pela

imposição das leis que asseguram a proteção e conservação do PNSC. No entanto, podemos notar que eles de certa forma se adaptaram à nova dinâmica do PNSC.

Segue abaixo, um trecho da conversa com uma ex moradora da fazenda Bom Jardim, lugar dentro do PNSC, onde possui cerca de quatro residências em condições precárias, que suas famílias foram retiradas do PNSC.

(...)Trabalho na roça e tenho 40 anos e estudei até a 5ª série  
 Morava e Bom Jardim, a fomos retirados sem direito nenhum  
 Tem vez que sonho com o lugar onde eu morava até hoje tenho saudade de lá  
 Eu esquecia quando penso que não eu sonho, ai tenho que ir lá  
 Mas lá só tem a serra, lá só eram quatro casas, a fazendona bem grande  
 Bem diferente do sertão  
 -O que é sertão?  
 É um lugar deserto, as coisas são bem difíceis, seco sem água  
 Em Bom Jardim tem muito verde e umas pinturas bem bonitas  
 Porque pra nós e eles proibiram caçar  
 Antes lá a gente só comia carne porque caçava, hoje não pode mais, só come carne no dia que tira um bolsa família que compra e come  
 Depois do parque só piorou, pelo menos para nós porque tirava pra comer de lá, mas agora não tem como  
 Deu emprego pra algumas pessoas pra u, pai de família, pra cá não mas pra outras coisas pessoas sim  
 Acho que o parque foi criado pra impedir de matar as caças e é muito importante, porque assim como a gente quer viver os bichos também querem  
 Só se ainda vim coisas boas, mas não tá ruim não  
 Cerrado as coisas mais difíceis  
 Se eu pudesse voltar a morar lá seria bom  
 Bom jardim é o melhor lugar pra se viver (...)

É preciso refletir sobre alguns efeitos de proibições sobre o uso do PNSC, pelos moradores locais, isso porque em conversa informal com a moradora ela relata que a vezes quando tem os sentimentos de saudade, vai ao antigo local que morava e algumas vezes era confundida com caçador, sendo necessária a saída imediata do local.

A moradora nos levou a uma área verde próximo de sua residência, apontado que aquela era paisagem que gostava de ver. O verde das plantas e o chão molhado (período chuvoso), para ela, o que representa o PNSC é a paisagem sempre verde.

Uma outra moradora entrevistada, relatou que nasceu naquele local, que mesmo durante a época de seca, as plantas continuavam verdes e que ali haviam diversos olho d'água. A moradora associa a palavra sertão a um lugar ruim: “Aqui era sertão, agora aqui é um povoado”.

Foto 14- paisagem na comunidade Cajueiro



Fonte: Pesquisa direta 2016

Um outro morador ao ser entrevistado, dá maior ênfase na questão das leis que foram impostas para eles dentro do PNSC. Afirma ser ex caçador, e que a dificuldade maior encontra-se por não poder caçar, já que o mesmo afirma ser uma das únicas maneiras de comer carne. “O parque aí foi feito pra os outros pra nós mesmo aqui não, só feito pra empatar os pais de família matar um pássaro”, em sua fala ressalta que o PNSC foi feito para os outros, no caso se referindo aos visitantes, e que eles de maneira alguma são beneficiados com essa implantação.

E mesmo assim diz gostar de viver naquele lugar, mesmo sentindo-se desterritorializado, e que mesmo com dificuldade é bem melhor que na cidade, pois na comunidade eles trabalham como querem. Quando a gente abusam de ficar em casa saem para plantar.

Eles podiam ter empatado queimar destruir, mas um pai de família matar uma cotia e tatu pra dar de comer os filhos não

\_\_\_O parque é um coisa que nem podia existir, porque pra nós não tem futuro

\_\_\_Aqui a gente vive isolado não tem comunicação sinal de telefone na hora de uma precisão não tem como

\_\_\_O lugar aqui é bonito e o mais bonito é a serra, quando subimos da serra, é lindo quando sobe, tem os olho d'água por aqui

\_\_\_Sertão são gerais que não tem gente, caatinga mesmo

\_\_\_E caatinga é a floresta mesmo

\_\_\_A primeira lembrança que vem em minha mente de lá é o olho d'água

\_\_\_Lembro que mesmo na seca aqui é verde

\_\_\_Tinha festejo da santa de lá

\_\_\_Continua sendo sagrado mesmo sem a santa \_\_\_Foi uma área que pra o povo daqui não é bom não

Um dos relatos que mais nos chamou atenção feito com um senhor de 72 anos de idade. Ele diz que morou na comunidade desde que nasceu e conhece a história tanto do PNSC, como de todas as pessoas da comunidade. Relata que sente desejo de conhecer outros lugares. No entanto não possui recursos financeiros para se manter em outro lugar. O mesmo morador chama o lugar de cerrado, comparando a

vegetação com a da mata da Amazônia : “Aqui é cerrado porque a mata daqui é diferente da mata da Amazônia onde os pau é grosso”.

A gente tirava do parque a caça, ai pra gente ficou pior, porque a gente é fraco de recurso e não pode comprar carne pra comer, todo dia antes desse parque a gente saia e matava um tatu, um pássaro pra comer agora não pode mais. E se fizer é preso e maltrado.

O trecho acima, de uma das conversas e memórias do morador, nos faz perceber que devemos levar em consideração sujeitos entrevistados, a figura dos sertanejos aqui, não são apenas agricultores, mas sim caçador, ou ex caçadores como a maioria se diz ser, lenhadores. Dessa forma, tivemos seus costumes, sua identidade ferida durante o processo de imposição das leis. Muitos afirmam que a criação do PNSC, foi apenas para impedi-los de praticar a caça e o corte de madeira, não compreendendo a fundo, o real objetivo de sua criação. Isso deixa claro que há uma deficiência na educação ambiental na região e falta de articulação com os moradores da ZA.

Foto 15- Olho d’água, PNSC



Fonte: pesquisa direta 2016

Para que essa educação ambiental aconteça e sejam atingidos os objetivos inseridos no plano de manejo, é preciso que os moradores da ZA, sejam inseridos

dentro de assuntos referentes ao PNSC, para que eles não vejam o PNSC como inimigo e sim como fonte de desenvolvimento local futuramente.

(...)Eu já passei umas coisas na vida muitas fases ruins, ficando dia sem comer e me refugiava na mata na caatinga, entrava e caçava passando sede, fome, mas eu ia sem medo e chegava enchia a barriga dos meus filhos.E hoje se o pobre não tiver um tostão não come, porque não pode mais caçar.Pode passar um tatu, um peba, um michila ai, mas eu não sou doido de pegar não, pra eu ir preso por uma coisa que Jesus deixou e os formado querem ser dono(...)

Um pequeno trecho da conversa acima, mostra como o morador sente que seus direitos foram feridos, e em meio a conversa, além de choro e emoção, o mesmo mostra indignação com o poder público, ao afirmar que eles tiram, mas não substitui, referindo-se à fonte de alimento e recursos que antes eram retirados da UC.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo para criação de Parques Nacionais, ainda hoje seguem o modelo para a criação do primeiro parque, ou seja, dentre outros critérios, a presença humana dentro das UC, são desconsiderados e muitas vezes negligenciados os seus costumes, onde a conservação da natureza é o objetivo principal, e sem levar em consideração a importância para a conservação dessa área pelas populações que habitam seu interior e entorno.

No Parque Nacional Serra das Confusões não foi diferente, parque que hoje constitui a maior área contínua em preservação do bioma caatinga. Bioma este que nos últimos anos ganha destaque em pesquisa, tanto por sua grande biodiversidade, como por ser um dos biomas que mais sofrem alterações antrópicas. Nessa ótica, podemos inferir que é de grande relevância incluir pessoas que moram em seu entorno, para que as mesmas contribuam para uma conservação e desenvolvimento local de forma sustentável. Nesse cenário destacamos aqui o Parque Nacional Serra das Confusões, de grande beleza cênica e rico em biodiversidade, que ganha destaque por se tratar da maior área contínua preservada do bioma caatinga.

O semiárido, durante muito tempo foi visto como lugar onde impera a seca e a miséria e sendo considerado apenas pela falta de recursos materiais, não levando em consideração a riqueza que existe no ambiente e nos valores simbólicos dos sujeitos que habitam ali.

Podemos então inferir que a paisagem semiárida é uma paisagem rica em biodiversidade e diversidade cultural, marcada por um povo resistente que luta para sobreviver as intempéries desse ambiente.

Nos últimos anos, podemos observar que há um grande esforço em tornar cada vez mais o ambiente conservado e preservar suas características próprias, mas o que convém mostrar aqui é que diante da criação de um Parque Nacional, que por lei não permitem que populações habitem em seu interior, existe a grande problemática que são as famílias que são retiradas de suas moradias, sendo obrigadas a se deslocarem do seu lugar de origem, onde já possuem uma bagagem de cultura e hábitos.

Em termos gerais a comunidade visitada no entorno do PNSC, com maior ênfase na comunidade Cajueiro, ainda não tem informações aprofundadas quanto à criação do Parque. No entanto já possuem um conhecimento básico quanto ao uso e restrições dentro da Unidade de Conservação, mas que são precários em relação a grandes atitudes sobre a conservação.

Para que ocorra a conservação das UCs, é indispensável que gestores, juntamente com a comunidade, participem ativamente na tomada de decisões aconteçam constantemente uma educação ambiental, possibilitando aos sujeitos maior interação e participação de acordo com a realidade local. Dessa forma, torna-se possível realizar um planejamento para determinada área, problematizando a realidade com vistas ao conhecimento da comunidade.

Muitos moradores afirmaram que, antes da criação e das reuniões para esclarecer os objetivos da criação do parque, bem como quanto às restrições que foram impostas, eles caçavam e retiravam madeira nas dependências do Parque para subsistência. Mas que agora não caçam nem retiram mais madeira, contribuindo para a preservação dos recursos naturais.

Já alguns afirmam nunca terem sido esclarecidos a respeito dos objetivos do PNSC e por falta de conhecimento e esclarecimento não percebem a grande relevância e riqueza que a região possui.

Quanto à valorização dos moradores a respeito da criação, nota-se que há uma identidade coletiva em relação a valorização e criação do PNSC. Muitos afirmam que o PNSC, mesmo sendo bonito, não possui nenhum valor para os mesmos, alguns ressaltam até mesmo a ideia de que não deveria existir parque.

Dessa forma, há uma grande necessidade desses moradores no conhecimento e reconhecimento da relevância não só ecológica, mas cultural que o PNSC, possui para toda a humanidade

Além de palestras também através de pesquisa direta nota-se a necessidade de desenvolvimento de projetos para o a economia local, de turismo sustentável de também de convivência com o semiárido, assim como promover cursos de capacitação para guias de visitantes, dentre outras medidas que integrem a comunidade local a um desenvolvimento sustentável evitando assim um êxodo desnecessário promovendo a cidadania.

Além de tudo precisam considerar que a comunidade necessita de campanhas para o abastecimento de água na região, pois antes a mesma dependia desses recurso que era tirado do PNSC.

A educação ambiental é um fator que deve ser considerado e tratado com mais importância perante o poder público.

Neste sentido, o que se espera é que esta pesquisa tenha contribuído de alguma forma para a valorização cultural dessa comunidade e também venha a colaborar para que se tomem iniciativas para a inclusão da comunidade dentro das atividades do PNSC.

Em linhas gerais, pesquisa sobre a valorização do semiárido da comunidade Cajueiro em relação ao Parque Nacional Serra das Confusões-PI, possibilitou uma análise sobre o olhar dos moradores em relação ao Parque Nacional Serra das Confusões e do poder público, aqui representado pela gestão do PNSC. Sendo de extrema relevância, isso porque como a Unidade de Conservação de Proteção Integral é relativamente recente, ainda carece de estudo sobre as populações locais.

Uma vez que esta comunidade local não pode ser excluída na participação do Manejo adequado, bem como das atividades que possam garantir o desenvolvimento local, em razão de que eles podem contribuir para a conservação da área, desde que seja entendido os reais objetivos e apresentadas as leis bem esclarecidas e objetivas.

Essa pesquisa servirá para continuidades em futuros trabalhos sobre a percepção e valorização do semiárido e do bioma caatinga, todos os entrevistados revelaram através da conversa evidencia de que suas lembranças foram significantes para suas vidas, pois são histórias do passado e fazem parte do que são. Dessa forma, todos os entrevistados, perceberam mudanças negativas após a criação e implementação do parque.

## REFERÊNCIAS

AB' SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2004.

BERQUE, Augustin. **Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). Paisagem, tempo e cultura. 2 ed. Rio de Janeiro:UERJ, 2004. p.8491.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art 225,§1º,incisos I,II,III,VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras províncias**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18de julho de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional de Meio Ambiente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965. **Código Florestal**. Brasília-DF, 1965.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de, **-A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência geográfica; a geografia da complexidade-** 2º Ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CORRÊA, R.L. – **Carl Sauer e a Escola de Berkeley – Uma Apreciação**. In Matrizes da Geografia Cultural, org. Z. Rosendahl e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural: O Estado da Arte**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (org). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CUNHA, Euclides. [1902] **Os sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**. Editora Ridel. SP, 2000

\_\_\_\_\_. **Os Sertões, de Euclides da Cunha: Textos literários em meio eletrônico**

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

DAVENPORT, L.; RAO, M. **A História da Proteção: Paradoxos do Passado e Desafios do Futuro**. In. TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; MADHU, R. Tornando os parques eficientes – estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 52-73.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 1.ed.4.reimp.-São Paulo:atlas,2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed.ampliada- São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Sobre territórios, escalas, e responsabilidade**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). A emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.3, n.1, p.80-95, Jan./jun. 2014 Artigo|94 humano com o espaço. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 37-46 p.

HAESBAERT, Rogério. **Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. 95-120 p.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 389 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª Ed. São Paulo, Ed. Contexto, 2009.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia e Interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade**. Florianópolis: Geosul, 2003.

ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia Humanista: História, Conceitos e o uso da Paisagem Percebida como perspectiva de estudo**. Curitiba Editora UFPR, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed- São Paulo: Atlas,2003.

MACIEL, C. A. A. **A Retórica da Paisagem: um instrumento de interpretação geográfica**. Espaço e Cultura (UERJ), v. 26, 2009.

\_\_\_\_\_ **A caatinga enquanto identitário:** geografia e patrimonialização da natureza no Brasil. In SÁ, Alcindo José de, FARIAS, Paulo Sérgio Cunha (org). **Ética identidade e território.** Recife: CCS Gráfica e Editora, 2012.

LEOPOLD, A.1949. **A Sand County.** New York.

MINAYO, Maria C.de Sousa (org.). **Pesquisa Social:** teoria,método e criatividade.Petrópolis;Vozes,1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

PÁDUA, M. T. J. **Sistema brasileiro de unidades de conservação:** de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: IAP; Unilivre; Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROCHA,Samir Alexandre.**Geografia Humanista:** História, Conceitos e o uso da Paisagem Percebida como perspectiva de estudo. Curitiba Editora UFPR, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** Da critica da Geografia a uma Geografia critica. 6 ed- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SÁ, A. J. **Ética, identidade e território: reflexões uma perspectiva geográfica.** In: SÁ, A. J. & FARIAS, P. S. C. **Ética, identidade e território.** Recife, CCS Gráfica, 2012, p. 17-73.

VITTE. Antônio Carlos. GUERRA. Antônio José Teixeira. **Reflexões sobre a geografia física no Brasil.** Bertrand Brasil. 2004.

## APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DO PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES-PI

Objetivo Geral: **Analisar de que maneira o semiárido piauiense é visto e valorizado a partir do Parque Nacional Serra das Confusões-PI**

1. O bioma caatinga durante muito tempo foi considerado como pobre e com pouca diversidade, porém é notável que esse discurso acerca desse bioma vem mudando significativamente sendo valorizado pela sua singularidade e biodiversidade.  
Diante disso, como esse discurso de valorização vem sendo aplicado na Unidade de Conservação?  
= As pesquisas envolvendo a biodiversidade foram e continuam sendo o fator primordial para esta mudança de comportamento. As pesquisas mostraram que a caatinga tem uma importância muito elevada dentro do contexto dos biomas, pois o espaço formado pela caatinga hoje, no passado foi recoberto por florestas úmidas e exuberantes, onde prevalecia o que hoje mostram a mata atlântica e a floresta amazônica; prova disso é que nas áreas de baixadas, nos vales do PN da Serra das Confusões, existem elementos muito significativos desses dois biomas, tanto do reino animal como do reino vegetal, portanto, a caatinga teve a missão de desenvolver espécies diferentes através de sucessivas mutações, produzindo seres que são encontrados somente nesse ambiente, os chamados seres vivos endêmicos. Além disso, a caatinga tem um recurso fantástico de beleza cênica que bioma algum tem. Veja a caatinga com olhar crítico quando ela se encontra desfolhada. Somente ela oferece tanta beleza nesse período.
2. Qual a importância que o poder público atribui ao Parque Nacional Serra das Confusões (PNSC)?  
=O PN da Serra das Confusões é uma unidade de conservação bem vista pelo poder público. Trata-se da maior área contígua de caatinga em excelente estado de conservação. A prova disso é que o Parque depois de criado foi submetido a uma ampliação de quase dois terços do seu tamanho original e recentemente está sendo discutido e aprovado de um projeto com o aval do governo federal, estadual, ministério público federal e a comunidade ambientalista para que haja uma nova ampliação de mais ou menos 300.000 há nos próximos dois anos. Estas ampliações se devem principalmente pela importância do Parque com relação ao restabelecimento dos recursos hídricos da região. Sem a conservação da caatinga nesse platô, muito em breve os maiores aquíferos da região (serra grande e cabeças), dos quais faz parte o aquífero do vale do Gurgueia, seriam seriamente comprometidos.
3. Quais as mudanças que ocorreram no PNSC desde sua implementação até hoje?  
= A mudança mais significativa foi em relação ao seu tamanho. O Parque foi criado com pouco mais de 500.000 há em 1998 e foi submetido à ampliação de pouco mais de 300.000 há em 2010. A elaboração e aprovação do Plano de manejo em 2005 foi também um momento de grande importância. Fora isso,

ocorreu parte da implementação estruturante destinada a visitação pública nos anos de 2010 e 2011

4. O que o PNSC representa para o Piauí?  
= O Piauí é o Estado do Nordeste melhor representado por unidades de conservação. É representado por 04 Parques Nacionais, 01 ESEC – Estação Ecológica, 01 RESEX – Reserva Extrativista, 01 APA – Área de Proteção Ambiental, isso a nível Federal, além desses, existem outras tantas a níveis Estadual e Municipais.
5. O semiárido piauiense ganhou importância devido à criação do PNSC?  
= Sim. Tão somente o ato legal de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, onde se enquadram os Parques Nacionais, impossibilita o uso do solo, água, vegetação e de todos os componentes da biodiversidade de uma área.
6. Quais os maiores benefícios a criação do PNSC trouxe para Estado do Piauí e para a região?  
= Bem, depende do olhar crítico. Aos olhos das pessoas ligadas ao agronegócio, que são aqueles que fazem o uso da terra em grandes escalas, a criação do Parque foi sentida negativamente, pois a tendência natural seria a expansão desta atividade na área em tela, principalmente pelo valor venal das terras e a facilidade de mecanização. Aos olhos dos pequenos trabalhadores rurais, que são aqueles que fazem uso da terra em pequenas escalas (agricultura de cunho familiar) não houve resistência, ou melhor, foi indiferente, pois esta gente trabalha em áreas de baixadas por conta da melhor umidade do solo e também pela facilidade do acesso a água, e a área do Parque encontra-se com mais de 90% distribuídas em platôs de altitude. Para os ambientalistas, a criação do Parque foi de extrema importância, pois se consolidou a conservação da maior área contígua de caatinga através da Lei.
7. Embora exista um processo para a criação de Parques Nacionais, e que são feitos estudos em um processo longo, sabe-se que alguns fatores são desconsiderados ou deixados em segundo plano. A respeito disso podemos citar as populações das comunidades que vivem no entorno ou na zona de amortecimento, que muitas vezes são desconsideradas.  
Nessa perspectiva, que valor foi atribuído as pessoas que vivem o entorno do Parque ou mesmo na zona de amortecimento? Há uma participação da mesma na gestão do Parque e na tomada de decisão? Existem projetos para integrar a comunidade aos assuntos referentes ao Parque?  
= O PN da serra da Serra das Confusões, quando da sua criação em outubro de 1988 não foi realizada consulta pública a respeito, até por que, a legislação em vigor na época não fazia esta exigência. A partir da Lei criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC – Lei nº 9985/2000, ficou estabelecido que a criação e/ou ampliação de parte das Unidades de Conservação reconhecidas pelo sistema, incluindo os Parques Nacionais teriam que obedecer ao processo de consulta pública da área proposta. Esta consulta foi realizada quando da ampliação do Parque no final de 2010. É importante frisar, que a área proposta pelo Governo Federal destinada à ampliação do Parque, foi descaracterizada pelo processo de consulta pública, pois houve um refinamento do traçado em que as áreas de baixadas que tem

grande importância para a agricultura familiar e também aquelas povoadas, ficaram de fora do perímetro da ampliação.

Os onze municípios que cederam áreas para a criação/ampliação do Parque têm aceno no Conselho Consultivo do Parque seja através dos órgãos públicos municipais como também através das organizações não governamental.

O PN da Serra das Confusões estimulou a criação de uma associação de condutores/guias em 2005. Esta associação é composta principalmente por mateiros com procedência no entorno do Parque. Estes cobram uma diária em valor de mercado pelos serviços prestados, tanto para visitantes quanto para pesquisadores, promovendo assim, uma fonte de trabalho e renda

8. Existem projetos de desenvolvimento para a região envolvendo o Parque x sociedade?( do entorno ou zona de amortecimento)

=No âmbito do ICMBio, os projetos de desenvolvimentos foram encerrados em 2014. Estes projetos faziam parte de uma parceria internacional com envolvimento de algumas regiões da Itália, quando se desenvolveu varias ações, dentre estas: A construção de um Centro de Visitantes; de três (03) Pórticos; de duas (02) Portarias; de dois (02) Museus de Sitio; de duas guaritas, a pavimentação da descida da Serra das Confusões; a intervenção com moveis e equipamentos em todas as edificações do Parque; além disso, regularizou-se o conselho consultivo com varias reuniões ordinárias e extraordinárias; promoveu-se o curso de guias; instalou-se a estação de radio comunicação; confeccionou-se material de divulgação (folders); promoveu-se a inter-relação de conhecimentos conservacionista ente os dois países, entre outros. Vale à pena lembrar, que os recursos financeiros destinados a essas intervenções; da parte que cabia ao governo, foram oriundos de Compensação Ambiental, portanto não orçamentários, e o restante ficou sob a responsabilidade da parceria Italiana.

9. Como a comunidade Cajueiro é vista em relação a conservação do PNSC?

=Bem. Quando se fala em 'Cajueiro', nos remete a uma porção do município de Guaribas. Chamamos 'Cajueiro' o conjunto de comunidades representadas pelas localidades: Cajueiro; Tamboril; Queimada do Angico; Capim; Água Brava e Barreiro. Designa-se Cajueiro, por se tratar daquela mais povoada e conseqüentemente melhor estruturada. Bem. Trata-se de uma região onde é preciso se trabalhar melhor a Educação Ambiental, pois as pessoas sediadas nessa região ainda não vêem o Parque como uma fonte de prosperidade. Procuramos incluir sempre que possível gente dessa região para prestar algum tipo de serviço ao Parque para que possa servir de exemplo para os demais, tentando mostrar que o Parque pode sim, proporcionar trabalho e renda, além dos benefícios ecológicos. Cresce a cada dia o interesse de turistas, principalmente daqueles oriundos do sul e do sudeste a procura de hospedagens nas casas simples dos moradores da região, principalmente nos Povoados Barreiro e Capim, por estar mais próximos a linha perimetral do Parque.

10. Quais os projetos que existem para o desenvolvimento do PNSC?

= Sem projetos para o momento. O momento é de se tentar conservar o que já existe.

11. Qual apoio que o governo federal, estadual e municipal dispõe para PNSC junto ao ICMBio?

I-Federal: = O governo federal disponibiliza anualmente parte do orçamento da união ao MMA – Ministério do Meio Ambiente, e este divide os recursos entre

os órgãos de natureza finalística, tais como ICMBio, IBAMA, ANA e etc. A parte que cabe ao ICMBio é rateada entre todas as unidades de conservação, incluído os Parque, claro, e conseqüentemente ao PN da Serra das Confusões.  
II-Estadual: = Existiu uma parceria formalizada entre aos anos de 2005 a 2014, porem pouco se fez até a presente data

III-Municipal: = Existiu uma parceria formalizada entre aos anos de 2005 a 2014, porem pouco se fez até a presente data

12. De que forma o PNSC é divulgado?

= Através de folders e nas ações de boca-a-boca, por isso fazemos questão de receber bem a aqueles que procuram o Parque

13. Atualmente existe uma quantidade de funcionários suficiente e colaboradores na gestão do PNSC?

= Existe apenas 01 (um) servidor a nível institucional no Parque, os demais (13) são fruto de contratação de empresas terceirizadas. Durante 06 meses do ano, são contratados temporariamente pelo órgão 30 brigadistas que cumprem a função de prevenção e combate aos crimes ambientais.

14. Existem projetos de educação ambiental em parceria com as escolas do município?

= Não. A educação ambiental mesmo na esfera do órgão deixa a desejar. O que se faz no âmbito do Parque, em caráter não formal, são palestras efetivadas pela chefia do Parque destinadas a alunos de ensino fundamental e médio quando solicitado pelas direções de escolas.

15. Em relação ao município de Guaribas, de que forma o Parque pode beneficiar quanto ao desenvolvimento local?

= O município de Guaribas é o que mais contribui com a área territorial do Parque. Mais de 80% do municio se encontra dentro do perímetro do Parque. Poderia ser um transtorno para aquele município? Sim, pois a área cedida para a criação e ampliação do Parque não poderá ser utilizada para exploração de uso do solo, porem nunca foi reclamado à inibição desse direito, pois a população de guaribas trabalha a terra desenvolvendo a agricultura familiar e somente estes 20% que se encontra fora do Parque possui esta aptidão, por que são as áreas mais baixas, com terras mais úmidas e mais ricas em nutrientes e com acesso fácil a água, portanto a área cedida ao Parque não é de interesse da população para suas atividades. O município poderia reclamar de alguma forma a inclusão do mesmo no ICMS Ecológico. Existem alguns municípios no Pais que recebem recursos financeiros por ajudar de forma efetiva a conservar a biodiversidade.

16. As secretarias de turismo, das cidades que fazem parte da zona de amortecimento, auxiliam o ICMBio na divulgação e solicitação para projetos de desenvolvimento do PNSC?

= Sim. As secretarias de turismo quando existentes, representam os municípios através do conselho consultivo do Parque. São ao todo 11 municípios que cederam área para a criação e/ou ampliação, todos eles com acento no conselho. Estes municípios ajudam ao Parque, principalmente com informações sobre os incêndios florestais e no tocante a denuncia de caçadores.

17. Quais as maiores dificuldades na gestão da Unidade de Conservação?

= Deficiência de pessoal, este é o maior agravante, e a burocracia para viabilizar pequenos investimentos, tais como reparos e conservação de infra-estruturas.

18. O Parque Nacional Serra das Confusões é bem visitado? Qual público visita com maior frequência? (estudantes, pesquisadores, pessoas em busca de lazer)

= Pela importância do Parque, ele é pouco visitado. A visitação fica em torno de 2500 visitantes anuais. Desses, a maior parte fica por conta de visitantes regionais onde os estudantes prevalecem.

19. Sabemos que o Parque Nacional Serra da Capivara, corre risco de ser fechado por falta de recursos financeiros, dentre outros. No tocante dessa discussão, qual a situação atual do Parque Nacional Serra das Confusões?

= O PN da Serra da Capivara tem um grade diferencial de Confusões quando observado o perfil relacionados a recursos financeiros. Em Capivara foi desenvolvido uma mega estrutura destinada a visitação pública e essa precisa de recursos permanentes para manutenção. Em Confusões, a estrutura é mínima, portanto as necessidades financeiras não são assim cruciais, em suma, Confusões não corre o risco de ser fechado por estes motivos.

20. E quanto a projetos futuros, quais as expectativas que se tem para a região?

= Bem. Devemos ser prudentes na atual fase que se encontra o País. A economia vai mal e com isso as áreas mais afetadas são aquelas que oferecem menor visibilidade instantânea a população. O orçamento da união quando, ou melhor, sempre que há contingenciamento de recursos, afeta com maior dureza o MMA. Há de se convir que a questão ambiental discutida no País não faz parte daquele rol das mais importantes, por isso as expectativas não são tão positivas, mas... Se conseguirmos conservar o que já existe nesses próximos dois anos já está de bom tamanho.

## APÊNDICE B- FOTOGRAFIAS DO PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES-PI



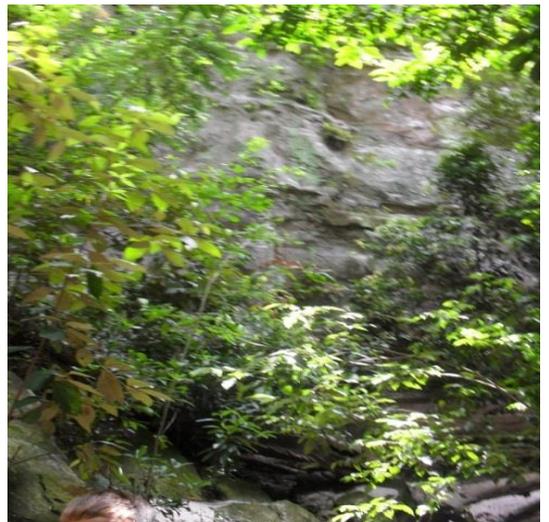
**Foto 16** -Mandacarú vegetação típica da caatinga no Parque Nacional Serra das Confusões-PI  
Fonte: Pesquisa direta 2013



**Foto 17:** Espécies animais no PNSC- cascavél  
Fonte: Pesquisa direta 2013



**Foto 18:** Local do Parque conhecido por Santa e Olho d'água Fonte: Pesquisa direta-2013



**Foto 19:** Cobertura vegetal do Parque. Fonte : Pesquisa direta-2013



**Foto 20:** Vista cênica do PNSC **Fonte:** Pesquisa direta-2013



**Foto 21-** Vista cênica do PNSC **Fonte:** Pesquisa direta-2013



**Foto 22-** Centro de visitantes no PNSC **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 23-** Centro de visitantes no PNSC **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 24-** Auditório no centro de visitantes no PNSC **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 25-** Centro de visitantes no PNSC **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 26-** Casa dentro do Parque que ainda não foi indenizada **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 27-** Criação de animais dentro do Parque que ainda não foi indenizada **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 28-** Plantações, queimada e desmatamento, dentro do PNSC, feito por famílias ainda não indenizadas **Fonte:** Pesquisa direta 2016



**Foto 29-** Casa de farinha, pertence à uma família não indenizadas **Fonte:** Pesquisa direta 2016

### APÊNDICE C- QUADRO- LISTA DE ESPÉCIES DE PLANTAS

<b>Família</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome comum</b>
CACTACEAE	<i>Cereus squamosos</i>	Facheiro
	<i>Cereus jamacaru</i>	Mandacaru
CAESALPINIACEAE	<i>Caesalpinia férrea</i>	Pau Ferro
	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Catingueiro
	<i>Copaifera sp.</i>	Cangalheiro
MIMOSACEAE	<i>Pithecolobium niopoides</i>	Angico Branco
DILEVIANCEAE	<i>Davillaa sp</i>	Cipó Branco
FABACEAE	<i>Poelantho parviflora</i>	Coração de Negro

Fonte: Adaptado de vários autores-Pesquisa direta- 2015

## **ANEXO A-LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; III - diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas; IV - recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora; V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos

sistemas naturais; VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; VII - conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 6 VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas; IX - uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais; XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável; XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis; XIII - recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original; XIV - restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original; XV - (VETADO) XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz; XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e XIX - corredores ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização

de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 7 CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC

Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que: I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente; II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC 8 III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação; V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação; VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação in situ de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres; VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais; IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos; XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos; XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; II - Órgão

central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação. (Redação dada pela Lei nº 11.516, 2007)

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC 9 Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.

### CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 10 I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados; II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica; III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 11  
pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

§ 1º O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Regulamento)

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 12  
para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.(Regulamento)

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura

CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 13 de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.(Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

§ 3º É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

§ 4º A comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas obedecerá ao disposto nas leis sobre fauna e regulamentos.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e

adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.(Regulamento)

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos

**ANEXO B- DECRETO DE 2 DE OUTUBRO DE 1998.**

Cria o Parque Nacional da Serra das Confusões, nos Municípios de Caracol, Guaribas, Santa Luz e Cristino Castro, no Estado do Piauí, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e de acordo com o art. 225, § 1º, inciso III, ambos da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado o Parque Nacional da Serra das Confusões, abrangendo terras dos Municípios de Caracol, Guaribas, Santa Luz e Cristino Castro, no Estado do Piauí, com o objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, e possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica e programas de educação ambiental.

Art. 2º O Parque Nacional da Serra das Confusões possui área aproximada de quinhentos e dois mil, quatrocentos e onze hectares, com delimitação, apresentada a seguir, dada a partir das seguintes Cartas Topográficas, em escala de 1:100.000: Peixe, Folha SC.23-X-D-I; Guaribas, Folha SC.23-X-C-III; Chapada dos Gerais, Folha SC.23-X-B-IV; Japecanga, Folha SC.23-X-A-VI, editadas pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, apresentando o seguinte memorial descritivo: a área se inicia no ponto P1, de coordenadas geográficas aproximadas de 9º15'46" S e 43º32'36" Wgr, situado na Serra das Confusões; deste, segue em linha reta até o ponto P2, de coordenadas geográficas aproximadas de 9º12'39" S e 43º23'36" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P-3, com coordenadas geográficas aproximadas de 9º08'28" S e 43º18'51" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P-4, com coordenadas geográficas aproximadas de 9º05'55" S e 43º17'21" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P-5, com coordenadas geográficas aproximadas de 9º06'07" S e 43º14'40" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P-6, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º58'37" S e 43º12'42" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P-7, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º52'14" S e 43º13'20" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P8, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º51'11" S e 43º09'21" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P9, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º40'48" S e 43º05'29" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P10, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º34'51" S e 43º06'09" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P11, de coordenadas geográficas aproximadas de 8º32'31" S e 43º12'29" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P12, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º31'08" S e 43º27'35" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P13, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º33'54" S e 43º42'37" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P14, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º41'33" S e 43º53'00" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P15, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º54'31" S e 43º43'09" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P16, com coordenadas geográficas aproximadas de 8º56'46" S e

43°51'31" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P17, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°00'17" S e 43°48'00" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P18, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°06'54" S e 43°48'26" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P19, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°06'51" S e 43°51'26" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P20, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°10'44" S e 43°52'09" Wgr; deste, segue em linha reta, até o ponto P21, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°13'50" S e 43°51'25" Wgr; deste, segue até o ponto P22, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°20'14" S e 43°52'26" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P23, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°16'11" S e 43°42'42" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P24, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°09'29" S e 43°35'02" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P25, com coordenadas geográficas aproximadas de 9°11'22" S e 43°31'20" Wgr; deste, segue em linha reta até o ponto P01, perfazendo um perímetro aproximado de trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e três metros e trinta e um centímetros.

Art. 3º O Parque Nacional da Serra das Confusões será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, que adotará as medidas necessárias para a sua efetiva implantação.

Art. 4º As terras e benfeitorias localizadas dentro dos limites descritos no art. 2º deste Decreto, ressalvadas as da União, ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo IBAMA, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Parágrafo único. Os bens imóveis de domínio da União, inseridos nos limites do Parque, serão objeto de cessão de uso ao IBAMA, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de cinco anos, a partir da data de publicação deste Decreto, para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra das Confusões.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Laudó Bernardes*